



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO
ESTADO DO PARANÁ
Rua São Paulo, nº 235 – Centro
CEP: 85.700-000

EDITAL 025/2022 DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2022
MODALIDADE ESTATUTÁRIO

**RESPOSTAS AOS RECURSOS DA
PROVA ESCRITA (OBJETIVA) DO
CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
BARRACÃO – PR, DO EDITAL DE
ABERTURA 001/2022.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRACÃO, ESTADO DO PARANÁ, **Jorge Luiz Santin**, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital de Abertura 001/2022 de 23/05/2022, referente à realização de Concurso Público de Prova Objetiva, para provimento dos cargos de Estatutário.

TORNA PÚBLICO A divulgação das respostas aos recursos da Prova Escrita (objetiva), para os candidatos com inscrição homologada no Edital 012/2022, conforme Anexo deste Edital.

Art.1º - As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos contra o Gabarito Provisório das questões da Prova Objetiva, para os candidatos conforme Anexo deste Edital.

Art.2º - Os pontos relativos às questões anuladas serão atribuídos a todos os candidatos do respectivo cargo.

Art. 3º -. O Gabarito Definitivo da prova Objetiva para todos os cargos será publicado no dia 13/09/2022.

Publique-se e cumpra-se.

Barracão, 13 de setembro de 2022.

Jorge Luiz Santin
Prefeito Municipal de Barracão/PR

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Matemática e Raciocínio lógico Alf.

Número da questão: 8

Inscrição: 216119 Data do Envio: 06/09/22 16:55

Boa tarde venho pedir recurso cuja a resposta correta da questão de raciocínio lógico seria a letra A peço por gentileza que façam a averiguação

Resposta aos Recursos

O enunciado deixa explícito que é uma sequência de números primos, na letra A temos 33 e 49, ambos não são números primos.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Língua Portuguesa Fund.

Número da questão: 3

Inscrição: 217205 Data do Envio: 06/09/22 13:13

discordo com a resposta pois e possivel se entendder de quem se refere a fala alternativa C

Resposta aos Recursos

Em resposta ao recurso impetrado contra a questão 3, em que se aponta a alternativa correta como sendo a C, observa-se que tal alternativa diz que "O filho questiona o pai sobre sua condição econômica e o critica por isso.". No entanto, essa questão não está correta (conforme o enunciado da questão) porque o filho nem está QUESTIONANDO o pai, nem o CRITICANDO. Portanto, o recurso não procede.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Conhecimentos Gerais, Legislação Fund.

Número da questão: 12

Inscrição: 214791 Data do Envio: 05/09/22 16:34

Macrorregião significa o grande agrupamento de uma determinada região ou regiões, de modo que envolva partes ou territórios inteiros dos estados. O termo macrorregião é classificado na gramática portuguesa como um substantivo feminino.

Morfologicamente, a palavra em questão é uma junção de dois termos, a saber: macro (grande, largo ou comprido) e região (vasta extensão territorial). Logo, tem-se como definição que macrorregião é o mesmo que "grande região". Em contraposição, há microrregião, cuja morfologia é a seguinte: micro (pequeno) e região. Portanto, microrregião é o mesmo que "pequena região".

Dentre as macros e micros, há ainda, a definição de mesorregiões, que são um subgrupo classificatório, com similaridades econômicas e sociais, dividindo-se posteriormente em microrregiões compostas de municípios limítrofes com organização espacial em comum e específica.

Uma microrregião, pertence a uma mesorregião, que pertence, a uma macrorregião. O município de Barracão, pertence à microrregião de Francisco Beltrão, que pertence à Mesorregião do Sudoeste do Paraná, que pertence à Macrorregião Oeste Paranaense.

Estas informações podem ser comprovadas, através de vários estudos e publicações realizadas, principalmente, junto aos órgãos do Governo do Estado.

Tais como:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Paran%C3%A1

<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Macrorregional-Oeste>

https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-07/por_macro_e_por_municipio.pdf

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2021/02/18/macrorregiao-oeste-soma-22percent-dos-casos-confirmados-e-15percent-das-mortes-pela-covid-19-no-parana.ghtml>

https://www.google.com/search?q=macrorregiao+oeste+paran%C3%A1&rlz=1C1GCEA_enBR956BR956&sxsrf=ALiCzsYytsxokQAAUiflegi9nNNf7hN5Yw:1662406193791&source=inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjO25zVsf75AhUjD9QKHSwqD_kQ_AUoA3oECAEQBQ&biw=1920&bih=880&dpr=1#imgsrc=i-WcZg0lL812M

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Conhecimentos Gerais, Legislação Fund.

Número da questão: 12

Na questão de número 12, do caderno de provas (MOTORISTA), a interrogativa refere-se em qual MACRORREGIÃO do estado do Paraná, o município de Barracão está. Conforme gabarito preliminar, a alternativa correta seria "B" – Sudoeste P a r a n a n e s e .

Sendo assim, solicito recurso/revisão da questão, sendo a alternativa correta "A" – OESTE PARANAENSE.

Resposta aos Recursos

a sua descrição em termos linguísticos sobre o que é o conceito de micro e macro região procede, o candidato confunde macrorregião com macrorregional.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Motorista

Número da questão: 22

Inscrição: **217205** Data do Envio: **06/09/22 13:09**

Em uma de suas opções de resposta esta escrito de forma irregular, 90 mh nao sabendo entao se era kilometros por hora ou milhas por hora

Resposta aos Recursos

A simbologia para milhas por hora é (mph), mas também é possível identificar que se trata da alternativa errada pois caminhão, ônibus e camionetas estão descritos na alternativa e a velocidade máxima de operação de caminhão e ônibus não é a mesma para camionetas, no Art. 61 do Código de Trânsito Brasileiro, inciso II, alínea (b) em rodovia de pista simples sem a sinalização regulamentadora automóveis, camionetas e motocicletas tem a velocidade máxima permitida de 100 km/h.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Língua Portuguesa Médio

Número da questão: 1

Inscrição: **215889** Data do Envio: **07/09/22 13:44**

Na alternativa dada como correta (Letra C), a locução adverbial utilizada na afirmativa refere-se a um mínimo de 10%. No entanto, o texto apresenta dado de 9,5%, que pode ser interpretado como inferior ao percentual citado como correto na questão.

Resposta aos Recursos

Em resposta ao recurso impetrado contra o gabarito da questão 1, observa-se que a análise apresentada pelo impetrante não está adequada. No recurso, argumenta-se que "a locução adverbial utilizada na afirmativa refere-se a um mínimo de 10%. No entanto, o texto apresenta dado de 9,5%, que pode ser interpretado como inferior ao percentual citado como correto na questão.". Porém, o texto traz, a esse respeito, duas fontes de informação: "A OMS estima que 1 em cada 5 indivíduos que pegaram o coronavírus pode desenvolvê-la." e "Já uma análise do governo inglês obteve um número um pouco menor: 9,5% dos indivíduos vacinados, e 14,5% dos não vacinados, desenvolveram algum grau de Covid longa." No que tange aos dados da OMS, tem-se o número 1/5, que equivale a 20% (conforme reafirmado no parágrafo seguinte). No que tange aos dados apresentados pelo governo inglês, somando-se vacinados e não vacinados, tem-se um total de 24%. Logo, é VERDADEIRA a afirmação de que "Pelo menos 10% das pessoas que foram infectadas pela Covid desenvolvem a Covid longa".

Portanto, fica mantido o gabarito relativo à questão 01.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 2

Inscrição: **213706** Data do Envio: **05/09/22 17:02**

Prezada banca, a questão número 02 do conteúdo de Língua Portuguesa da prova de Técnico Administrativo pede para assinalar a questão INCORRETA em relação ao texto. O examinador deu o gabarito correto como a letra D onde diz: " D) Fadiga persistente, dores corporais, taquicardia e perda de memória são os sintomas mais recorrentes observados entre os pacientes que desenvolveram a Covid Longa."

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Médio

Número da questão: 2

Porém essa alternativa está correta e a referida questão pede a INCORRETA, essa alternativa encontramos no primeiro parágrafo onde diz: " Podem ser problemas diretamente relacionados aos sistemas respiratórios e cardiovascular como FADIGA CRÔNICA, falta de ar e TAQUICARDIA severa...Ou mais enigmáticos, como DORES NO CORPO, tontura persistente, problemas auditivos, insônia, depressão, PERDA DE MEMÓRIA e problemas cognitivos" Veja que a alternativa D traz alguns sintomas da covid longa que estão exatamente inseridos explicitamente no texto, não trazer todos os sintomas não deixa a questão errada. Ainda digo, o significado da palavra "persistente" de 'Fadiga persistente' não exclui o significado da palavra "crônica" do texto em "fadiga crônica" pois uma palavra pode ser substituída pela outra sem perder o sentido na referida oração.

Portanto, como a questão pediu a alternativa INCORRETA e a alternativa D trazida como gabarito está CORRETA, pede-se ANULAÇÃO da referida questão.

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 14:27**

Ao conferir a questão , diz o que a resposta e a letra D , porem a diz alternativa incorreta , ao entendimento, que esta na questão D , e uma verdade , referida do texto , nao podendo esta correta.

Resposta aos Recursos

Em relação aos recursos impetrados contra a questão 2 de Língua Portuguesa, observa-se o que segue:

a) No texto, fala-se em 200 sintomas relacionados à Covid longa. São citadas algumas delas, principalmente no primeiro parágrafo do texto:

"Se você continuar com sintomas três meses após a infecção inicial, está com Covid longa. Podem ser problemas diretamente relacionados aos sistemas respiratório e cardiovascular, como fadiga crônica, falta de ar e taquicardia severa – que transformam até as coisas mais triviais, como subir escadas, num suplício. Ou mais enigmáticos, como dores no corpo, tontura persistente, problemas auditivos, insônia, depressão, perda de memória e problemas cognitivos. Mais de 200 sintomas já foram associados à síndrome."

Em nenhum momento do texto diz-se que os 4 sintomas citados na alternativa D "são OS sintomas MAIS recorrentes observados entre os pacientes que desenvolveram a Covid longa".

O fato de serem recorrentes não os qualifica para estarem no topo da relação de ocorrência em relação aos outros citados. Ou seja, ser recorrente não é sinônimo de ser OS MAIS RECORRENTES.

Logo, a letra D está INCORRETA, conforme solicitado no enunciado da questão.

Considerando as respostas acima, os recursos à questão 02 ficam indeferidos, mantendo-se o gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Matemática e Raciocínio lógico Médio

Número da questão: 10

Inscrição: **218748** Data do Envio: **05/09/22 16:53**

A resposta da questão 10 foi dada como B (1/36), mas a resposta deveria ser A (1/6), pois para a pergunta: "Ao rodar um dado de 6 lados, qual a probabilidade de obter o mesmo número jogando o dado duas vezes?", não se pede um lado específico (1/6), então presume-se que a o primeiro lançamento pode vir a dar qualquer número (6/6) e somente o segundo tem que dar um número específico igual ao do primeiro lançamento (1/6), tendo assim como resultado o calculo de $6/6 * 1/6 = 6/36 = 1/6$, ou seja a resposta A.

Inscrição: **215889** Data do Envio: **07/09/22 13:44**

O enunciado da questão inicia com: "Ao rodar um dado..." e posteriormente repete a informação dizendo:"jogando o dado duas vezes". Nesse sentido, a quantidade de vezes que o dado foi lançado fica confusa.

Resposta aos Recursos

O gabarito trouxe a resposta incorreta, a alternativa correta é a letra A.

As chances de aparecer o mesmo número duas vezes são de 6 em 36, portanto, 1/6.

Decisão da Banca: **Alterar Questão para A**

Matéria: Conhecimentos Gerais, Legislação Médio

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Conhecimentos Gerais, Legislação Médio

Número da questão: 11

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 13:52**

Nao , esta correta pois nao estava , e a lei 2.056/2015.

Inscrição: **219724** Data do Envio: **06/09/22 15:34**

Peço anulação da questão 11, em razão de que a Lei nº 2.056/2015 não foi citada, assim como cobrada, dentro do conteúdo programático de CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO para nível MÉDIO.

Segue a íntegra do mesmo:

"Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas. Tópicos da História e da Geografia do Paraná. Conhecimentos de História e Geografia sobre o município, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município de Barracão/PR. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal."

Resposta aos Recursos

a questão engloba conhecimentos gerais e de legislação, porém de fato a parte que deveria constar no edital dos conteúdos da legislação municipal do nível médio não consta na descrição.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 13

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 13:54**

O referido Art 37 da lei n 1.011/93 , nao esta no edital , estava , bem estranho o edital pra técnico adm, pedia so o básico dos ramos do direito e da adm publica , sem nada referente ao servidor Municipal.

Resposta aos Recursos

a questão engloba conhecimentos gerais e de legislação, porém de fato a parte que deveria constar no edital dos conteúdos da legislação municipal do nível médio não consta na descrição.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 14

Inscrição: **213706** Data do Envio: **05/09/22 17:14**

Prezada banca, a questão número 14 do conteúdo de Conhecimentos Gerais e Legislação da prova de Técnico Administrativo, além de o conteúdo que se pede não estar no edital de nível médio do concurso, está com gabarito trocado, vejamos o que diz a questão e a alternativa dada como correta pelo examinador:

14. Segundo o Art. 42. da Lei nº 2.056/2015, que "Dispõe sobre o quadro de pessoal do executivo municipal de Barracão" que trata do reenquadramento, estabelece que:

C. Fica vedada a realização, sob qualquer forma, de reenquadramento de servidores em cargos de nível superior daqueles para o qual houve aprovação em concurso público, ainda que o cargo seja considerado em extinção.

Porém vejamos o que diz a referida lei no seu artigo 42:

Art.42 Fica vedada a realização, sob qualquer forma, de reenquadramento de servidores em cargos diversos daqueles para o qual houve aprovação em concurso público, ainda que o cargo seja considerado em extinção.

É exatamente o que diz a alternativa B. Portanto, pede-se troca de gabarito da questão de C para B.

Inscrição: **215638** Data do Envio: **06/09/22 11:36**

O artigo 42 da Lei nº 2056/2015, que dispõe sobre o quadro de pessoal do executivo municipal de Barração, estabelece que: "Fica vedada a realização, sob qualquer forma, de reenquadramento de servidores em cargos diversos daqueles para o qual houve aprovação em concurso público, ainda que o cargo seja considerado em extinção" Não menciona que os cargos devem ser de nível superior. Portanto a alterantiva correta é a alternativa "B" que inclusive transcreve com exatidão o artigo supra mencionado. Por isso solicitado que a questão 14 seja anulada.

Inscrição: **215637** Data do Envio: **06/09/22 11:44**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Conhecimentos Gerais, Legislação Médio

Número da questão: 14

No artigo 42 da Lei 2056/2015, não diz sobre "cargos de nível superior" e sim "em cargos diversos". Portanto a alternativa correta é a letra "B" que aliás transcreve fielmente o artigo.

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 13:56**

Não havia do edital a lei 2.056/2015, no que dispõe sobre o funcionalismo Público .

Inscrição: **219724** Data do Envio: **06/09/22 15:37**

Peço anulação da questão 14, em razão de que a Lei nº 2.056/2015 não foi citada, assim como cobrada, dentro do conteúdo programático de CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO para nível MÉDIO.

Segue a íntegra do mesmo:

"Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas. Tópicos da História e da Geografia do Paraná. Conhecimentos de História e Geografia sobre o município, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município de Barracão/PR. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal."

Resposta aos Recursos

a questão engloba conhecimentos gerais e de legislação, porém de fato a parte que deveria constar no edital dos conteúdos da legislação municipal do nível médio não consta na descrição.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 15

Inscrição: **214724** Data do Envio: **06/09/22 10:38**

Em 1957, o sudoeste paranaense foi palco de intenso conflito pela posse da terra, envolvendo posseiros, companhias colonizadoras e o poder público. O conflito teve origem na disputa jurídica pela posse da gleba MISSÕES e parte da gleba CHOPIM. O governo federal, através da CANGO, implantou na região projeto de colonização e incentivou gaúchos e catarinenses para povoá-la. A companhia colonizadora CITLA, formada por particulares, igualmente instalou-se na área na condição de herdeira das glebas, resultado de longo processo judicial envolvendo o poder público e empreendedores particulares. O conflito pela posse da terra estendeu-se pelos atuais municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Verê e foi concluído com a vitória dos posseiros, que tiveram suas posses regularizadas e tituladas a partir de 1962. A confusão jurídica deveu-se então ao fato de que os posseiros do sudoeste do Paraná foram instalados em áreas de terra que estavam sendo alvo de disputa judicial entre os governos federal e estadual. Juridicamente, a área não tinha dono, mas estava incorporada à União. Portanto, nenhuma das alternativas da questão estão corretas, visto que, o conflito se deveu ao fato de uma revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná e não uma luta propriamente armada por jagunços ou pistoleiros contratados.

ABRAMOVAY, Ricardo. Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense. São Paulo:1981. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.
BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1.
BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane (Orgs.). Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.

Resposta aos Recursos

Sobre a história da ocupação do sudoeste paranaense relatos focam sua atenção quase que exclusivamente no período que tange a colonização oficial da região, a partir de 1943 com a criação da:CANGO que possuía o objetivo de instalar no Sudoeste do Paraná famílias de agricultores, provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, quais são reconhecidos como os "pioneiros" da ocupação humana regional.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Fiscal de Obras

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Fiscal de Obras

Número da questão: 19

Inscrição: **215638** Data do Envio: **06/09/22 11:39**

Na questão 19 houve um erro de digitação, pois nas alternativas não consta a afirmativa III, que lista as exigências para a realização de uma demolição de uma residência. Portanto solicito a anulação da questão em referência, por esse erro ter causado confusão na interpretação da resposta.

Resposta aos Recursos

A interpretação das questões é parte integrante da prova de concurso público.

Conforme artigo n.26 da Lei n. 828/89, que institui o código de obras do município de Barracão, temos que:

"Art. 26o - O interessado em realizar demolição deverá solicitar a Prefeitura, através de requerimento, que lhe seja concedida licença através da liberação de alvará de demolição, onde constará:

- I – Nome do proprietário com o local de residência;
- II – Número do requerimento solicitando a demolição;
- III – Localização da edificação a ser demolida;
- IV – Nome do profissional responsável;"

Neste sentido, com relação as afirmativas apresentadas na questão em análise, tem que somente as afirmativas II, III e IV estão corretas, ou seja, a alternativa "A" é a alternativa correta para esta questão, mantendo-se, portanto, o gabarito.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 28

Inscrição: **217945** Data do Envio: **06/09/22 18:02**

Sendo o mesmo conceito em resposta

Resposta aos Recursos

Recurso apresentado sem questionamento e sem justificativa, porém, apresenta-se manifestação em sequência.

Conforme descrito na Lei 1658/2007, que trata do Plano Diretor Participativo do município de Barracão, em seu artigo n. 93, **t r a n s c r e v e - s e :**

Artigo 93 - O parcelamento do solo em Barracão será feito por meio de loteamento ou desmembramento e será regido pela legislação municipal, pela Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e pela Lei Federal 9.785, de 29 de janeiro de 1999, ou outra que venha substituir as atuais.

§ 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação que implique a abertura, o prolongamento, a modificação ou a ampliação de vias de circulação ou de logradouros públicos.

§ 2º - Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem o prolongamento, a modificação ou a ampliação dos existentes.

§ 3º - Considera-se remembramento a junção de dois ou mais lotes ou a incorporação de partes de lotes a lotes já existentes, em uma mesma quadra, sempre respeitando os critérios definidos nesta lei e prevalecendo os parâmetros de aproveitamento referentes ao lote de maior área individual.

Considerando o exposto acima, retirado da lei já mencionada, a alternativa "A" é a correta e, neste sentido, mantém-se o gabarito.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 30

Inscrição: **217945** Data do Envio: **06/09/22 18:00**

*Como os valores são iguais do permitido que é 80cm

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Fiscal de Obras

Número da questão: 30

Resposta aos Recursos

Recurso apresentado sem questionamento e sem justificativa, porém, apresenta-se manifestação a seguir.

Com relação ao código de obras do município de Barracão, transcreve-se:

Art. 28o - As portas de acesso as edificações, bem como as passagens ou corredores, devem ter largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso.

I – Quando de uso privativo a largura mínima será de 0,80 m (oitenta centímetros).

II – Quando de uso comum a largura mínima será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

Art. 29o - As escadas de uso comum ou coletivo deverão ter largura suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependem, sendo:

I – A largura mínima das escadas de uso comum ou coletivo será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e não inferior as portas e corredores de que trata o artigo anterior.

II – As escadas de uso privativo ou restrito do compartimento, ambiente ou local, poderão ter largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros);

Art. 33o - Em todo edifício com mais de quatro pavimentos, será obrigatório a instalação de 01 (um) elevador.

Considerando a regulamentação acima citada, nota-se que a alternativa CORRETA é a alternativa "C" e, portanto, mantém-se o gabarito.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Técnico Administrativo

Número da questão: 21

Inscrição: **213706** Data do Envio: **05/09/22 17:29**

Prezada banca, a questão número 21 do conteúdo de Conhecimentos Específico da prova de Técnico Administrativo está fora do edital. Vejamos o que pede a questão:

21. Os agentes públicos são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal. Conforme a classificação dos agentes públicos, qual alternativa está incorreta?

A referida questão pede sobre a classificação de agentes públicos, porém no edital número 01/2022 da Prefeitura de Barracão para o cargo de Técnico Administrativo nível MÉDIO no Anexo III não consta o conteúdo de "Agentes Públicos" na parte de direito administrativo do conteúdo específico, vejamos:

Noções de Direito Administrativo: Princípios da Administração pública; Administração direta, indireta e fundacional; Controle da Administração Pública; Contrato administrativo; Serviços públicos; Bens públicos; Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; Classificação de documentos e correspondências; Correspondência oficial: Decreto, Edital, Ofício e Memorando; Gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; Técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos correntes e protocolo; Qualidade no atendimento ao público; A imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento; Relacionamento interpessoal, Código de Ética. Noções de Direito Administrativo. Noções básicas de informática; Correio Eletrônico; Internet; Lei de Acesso à Informação. Regras de hierarquia no serviço público

Veja que ao especificar não traz o conteúdo de agentes públicos. Portanto, pede-se ANULAÇÃO da referida questão por falta de previsão no edital.

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 13:59**

A referida questão fala de Agentes Públicos, não está no edital.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Técnico Administrativo

Número da questão: 21

Resposta aos Recursos

Dentro do Direito Administrativo existem os agentes públicos. Os principais tipos são os Agentes Políticos, Agentes Administrativos, Agentes Honoríficos e Agentes Delegados.

Conforme Celso Antônio Bandeira de Mello, adotando sistematização de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, com alterações impostas pela Constituição da República de 1988 classifica os agentes públicos em: a) agentes políticos; b) agentes honoríficos; c) servidores estatais; e d) particulares em colaboração com o Poder Público. Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 22

Inscrição: **213706** Data do Envio: **05/09/22 17:37**

Prezada banca, a questão número 22 do conteúdo de Conhecimentos Específico da prova de Técnico Administrativo está fora do edital. Vejamos o que pede a questão:

22. Em relação aos agentes honoríficos, assinale a alternativa correta:

A referida questão pede sobre agentes honoríficos do conteúdo de agentes públicos, porém no edital número 01/2022 da Prefeitura de Barracão para o cargo de Técnico Administrativo nível MÉDIO no Anexo III não consta o conteúdo de "Agentes Públicos" na parte de direito administrativo do conteúdo específico, vejamos:

Noções de Direito Administrativo: Princípios da Administração pública; Administração direta, indireta e fundacional; Controle da Administração Pública; Contrato administrativo; Serviços públicos; Bens públicos; Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; Classificação de documentos e correspondências; Correspondência oficial: Decreto, Edital, Ofício e Memorando; Gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; Técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos correntes e protocolo; Qualidade no atendimento ao público; A imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento; Relacionamento interpessoal, Código de Ética. Noções de Direito Administrativo. Noções básicas de informática; Correio Eletrônico; Internet; Lei de Acesso à Informação. Regras de hierarquia no serviço público

Veja que ao especificar não traz o conteúdo de agentes públicos. Portanto, pede-se ANULAÇÃO da referida questão por falta de previsão no edital.

Inscrição: **214724** Data do Envio: **06/09/22 11:21**

Segundo Hely Lopes Meirelles os agentes honoríficos não são servidores públicos, mas momentaneamente exercem função pública. Quando a desempenham sujeitam-se à hierarquia e à disciplina do órgão a que servem. Podem receber pró labore e contar o período de trabalho como serviço público. Sobre esses agentes não incidem proibições constitucionais de acumulação de cargos porque sua vinculação é sempre transitória e a título de colaboração cívica, sem caráter empregatício. Cita o autor como exemplo a Lei 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Somente para fins penais, são equiparados a servidores públicos em relação aos atos praticados no exercício da função, nos termos do art. 327 do Código Penal.

Entretanto, para Celso Antônio Bandeira de Mello, servem de exemplo como agentes honoríficos os providos como membros do Conselho da República (art. 89, VI, da Constituição Federal). Citando Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, o autor diz que os cargos honoríficos não exigem que seus titulares se consagrem especialmente a eles, visto que os serviços se dão de intervalo a intervalos de tempo, em certas e determinadas ocasiões, por horas restritas de atividades. Por isso, os cargos honoríficos são gratuitos, percebendo apenas o agente público em alguns casos por sessão realizada certa importância a título de indenização, como o chamado "jeton".

Praticamente o mesmo entendimento tem Maria Sylvania Zanella Di Pietro, para quem os particulares em colaboração com o Estado, desempenham serviços sem vínculo empregatício, com ou sem remuneração paga pelo poder público e sob diversos títulos. Eles compreendem: a) os delegatários de serviços públicos; os delegatários de serviços notariais e de registro (art. 236 da Constituição); os leiloeiros, tradutores, intérpretes, que exercem função pública em seu próprio nome, porém com fiscalização dos órgãos públicos. A remuneração que todos eles recebem não é paga pelos cofres públicos, mas por usuários do serviço. b) os requisitados, nomeados ou designados para o exercício de função pública relevante, tal como os jurados, os convocados para serviço militar ou eleitoral, os comissários de menores, os integrantes de comissões e grupos de trabalho. Estes também não possuem vínculo empregatício e, em geral, não recebem remuneração. c) os gestores de negócio, que espontaneamente e em momento de emergência assumem alguma função pública, tal como em caso de epidemia, incêndio, enchente etc.

De acordo com a divergência dos estudiosos da enciclopédia jurídica, a questão deveria ser anulada, visto que, não especifica segundo QUAL ESTUDIOSO a questão se refere. Portanto, a questão deverá ser anulada, levando em consideração que nem sempre os agentes honoríficos podem receber um pró-labore (a expressão PRÓ-LABORE significa "pelo trabalho". Isso quer dizer que ele se baseia exatamente nas atividades desempenhadas e seu valor de mercado,

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Técnico Administrativo

Número da questão: 22

contabilizadas como despesa administrativa. Ele é como o salário da alta liderança, mas sem ser encarado como salário pela ótica das leis trabalhistas. Ele orienta quanto à remuneração dos sócios nos custos da empresa. Um empregado, por exemplo, recebe salário, 13º, FGTS, benefícios e, eventualmente, participação nos lucros. Um sócio que não exerce funções de administração, ou seja, que contribuiu apenas com o capital para o funcionamento da empresa, recebe distribuição de lucros ou dividendos, ou juros sobre o capital próprio que contribuiu para o estabelecimento da empresa. Isso não significa que um sócio que receba juros sobre o capital que investiu na empresa não possa ser remunerado também com o pró-labore. Desde que ele exerça atividades de administração no dia a dia da empresa, é possível sim conciliar as duas formas de remuneração). Reitera-se então que a questão deve ser anulada porque no enunciado da questão não consta que é conforme TAL ESTUDIOSO, e ele precisa ser claro para que a resposta não encontre divergências no meio do caminho.

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 14:00**

A QUESTÃO FALA A RESPEITO DE AGENTES PÚBLICOS ,ITEM QUE NAO ESTA NO EDITAL.

Resposta aos Recursos

Dentro do Direito Administrativo existem os agentes públicos. Os principais tipos são os Agentes Políticos, Agentes Administrativos, Agentes Honoríficos e Agentes Delegados.

Conforme Celso Antônio Bandeira de Mello,9 adotando sistematização de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, com alterações impostas pela Constituição da República de 1988 classifica os agentes públicos em: a) agentes políticos; b) agentes honoríficos; c) servidores estatais; e d) particulares em colaboração com o Poder Público. Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 23

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 14:09**

Diz respeito a processo a administrativos nao esta especificado tal tem no edital.

Resposta aos Recursos

O PAD (Processo Administrativo Disciplinar) faz parte da Administração Pública. Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 24

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 14:04**

A questão diz respeito ao principio da Inadmissibilidade das provas Ilícitas,

A referida , questão ,quando for , a ser estudada , pertence a Ramo penal , Processo penal Art 5 inciso 06 da constituição da republica , sendo quase impossível achar em umas dos , itens do devido edital .

Resposta aos Recursos

A questão 24 diz respeito ao PAD (Processo Administrativo Disciplinar) que faz parte da Administração Pública. Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 25

Inscrição: **214365** Data do Envio: **06/09/22 14:06**

A QUESTÃO DIZ A RESPEITO DE AGENTES PÚBLICOS NAO ESTA NO EDITAL.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Técnico Administrativo

Número da questão: 25

Resposta aos Recursos

O PAD (Processo Administrativo Disciplinar) faz parte da Administração Pública.
Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Topógrafo

Número da questão: 18

Inscrição: **215889** Data do Envio: **07/09/22 13:45**

No enunciado consta apenas o significado do erro de grafismo. No entanto, seu valor pode variar, sendo a sua tolerância máxima um dado fundamental a resolução da questão. Nesse sentido, deveria constar no enunciado que para resolução seria admitido o erro máximo de grafismo que corresponde a 0,2mm.

Resposta aos Recursos

De acordo com a Norma de Levantamento topográfico (NBR 13133) erro de grafismo é o erro máximo admissível na elaboração de desenho topográfico para lançamento de pontos e traçados de linhas, com o valor de 0,2 mm, que equivale a duas vezes a acuidade visual.

De acordo com o enunciado na prova, não foi especificado que, seria necessário usar o erro máximo admissível (0,2 mm), valor levado em consideração para a resolução da questão, o que resultaria em correta a "letra C", dando margem para dupla interpretação.

Neste caso, a questão será anulada.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 26

Inscrição: **215889** Data do Envio: **07/09/22 13:45**

A resolução da questão admite dois resultados possíveis, sendo a Letra A e a Letra B corretas.

Resposta aos Recursos

Considerando $AzAB = 76^{\circ}36'$

Sendo ângulo B = $119^{\circ}36'$ portanto Deflexão no ponto B é $DB = (180^{\circ} - 119^{\circ}36' = 60^{\circ}24')$? Deflexão positiva

Dessa forma $AzBC = AzAB + DB = 76^{\circ}36' + 60^{\circ}24' = 137^{\circ}00'$

Sendo ângulo C = $218^{\circ}22'$, portanto $DC = 180^{\circ} - 218^{\circ}22' = -38^{\circ}22'$ (Deflexão à esquerda, portanto negativa)

$AzCD = AzBC - DC = 137^{\circ}00' - 38^{\circ}22' = 98^{\circ}38'$

Portanto Azimute se enquadra no segundo quadrante topográfico

$RCD = 180^{\circ} - 98^{\circ}22' = 81^{\circ}22'$ SE

A alternativa correta é a "letra A"

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 1

Inscrição: **219852** Data do Envio: **05/09/22 21:26**

A questão 34. Trouxe o seguinte enunciado: A Lei nº X/2022, do Município Y, autorizou a criação da sociedade de economia mista, com capital majoritário do Município, que tem por objeto exclusivo a atividade de policiamento de trânsito e autuação de infrações, o que se dá em regime não concorrencial. Por entender que a Lei nº X/2022 era contrária ao interesse público, um Partido Político solicitou que parecer sobre a constitucionalidade da Lei nº X/2022, considerando a interpretação prevalecente dos comandos constitucionais aplicáveis à temática. A assessoria respondeu, corretamente, que a Lei nº X/2022 é:

Como opção correta, consta no gabarito provisório a letra "c" que assim previu: constitucional tanto na parte em que outorga à sociedade de economia mista a atividade descrita, como em relação à delegação do poder de polícia. É preciso registrar que a sociedade de economia mista é constituída sob a forma de sociedade anônima, com patrimônio majoritariamente público e tem como finalidade a exploração de atividade econômica, conforme previsto no artigo 2º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Diferentemente, o enunciado trata de atividade típica de Estado, no caso o policiamento de trânsito, que não pode ser exercida por sob o comando de sociedade de economia mista, mas sim sob o comando da Administração Pública Direta ou

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 1

através de autarquia criada especificamente para este fim.

Sendo assim, diante das considerações feitas, é de se concluir que somente a letra “a” se mostra adequada para responder a indagação.

Inscrição: **214857**

Data do Envio: **05/09/22 23:04**

Questão 22

- Resposta correta de acordo com o gabarito provisório: (C)

Solicito revisão da questão visto a recorrência da indicação dos recursos fisioterapêuticos na escoliose idiopática observados na literatura de base. As queixas do paciente devem ser observadas de acordo com Ruaro (2004). No paciente jovem a escoliose é assintomática e o enfoque do tratamento fisioterapêutico é a correção da curvatura, alongando a musculatura do lado da concavidade e fortalecendo a musculatura do lado da convexidade, promovendo equilíbrio muscular.

Em pacientes de maior idade onde evidenciadas queixas algícas, artrose, alterações vasculares, respiratórias ou nervosas os recursos fisioterapêuticos devem ser empregados de maneira a atenuar as disfunções.

É possível interpretar que o que existe é uma carência de dados quantitativos nas bases de dados, e não uma controvérsia quanto a efetividade da Fisioterapia no tratamento da escoliose. A alternativa (D) poderia ser considerada como adequada visto que os exercícios ativos da cinesioterapia e técnicas de auto-correção possuem indicação na literatura de base.

Referencial teórico:

RUARO, Antonio Francisco. Ortopedia e Traumatologia. Temas Fundamentais e a Reabilitação. 2004. Editora Elenco.

MAGEE, D.J. Avaliação musculoesquelética, 5. ed. Barueri: Manole, 2010

Inscrição: **218254**

Data do Envio: **06/09/22 9:47**

Questão 01) A minha refutação quanto a essa questão é que a resposta correta é a alternativa C), “Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, haja vista a expressividade subjetiva que subjaz ao uso dessa estratégia linguística” ao invés da alternativa D), contida no gabarito provisório, que trata “Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, uma vez que não expressa humildade e, ainda, configura-se como uma afronta à lógica.”

Explicação: A alternativa D está incorreta pois trata de que autores que utilizam a primeira pessoa do plural, ou seja, NÓS, não expressa humildade e vejo que de acordo com o texto, principalmente nessa frase “Assim, tentam fazer crer que o uso do “nós” é uma espécie de reconhecimento à colaboração dos demais autores que serviram de fonte às ideias do autor da pesquisa “, essa frase mostra que o autor fala que é justamente para demonstrar humildade, reconhecendo o trabalho de outras pessoas, ou seja, com humildade, que a primeira pessoa do plural é utilizada.

Já a alternativa C, trata da subjetividade que de fato é vista nesse tipo de linguagem, que apesar da primeira pessoa do plural se diferir do singular, onde a questão da subjetividade é mais presente, ainda assim ela é subjetiva, e que o autor retrata em “Em verdade, não cabe ao pesquisador declarar a vontade de suas fontes, apenas interpretá-las com sua própria subjetividade que lhe é peculiar”.

Inscrição: **216986**

Data do Envio: **06/09/22 11:21**

QUESTÃO 21 DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO PROVA DE PROFESSOR

A questão considerada certa no gabarito preliminar é a de letra “C”.

Contudo, o enunciado da questão solicita “

“Sobre a Escola tradicional, tratada na obra de Demerval Saviani, Escola e Democracia, assinale a alternativa INCORRETA”

Ocorre que a Obra em questão de Dermeval Saviani, Escola e Democracia, apresenta que a escola tradicional está no grupo das “Teorias não-críticas”, composto pela Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Tecnicista, e entendem a educação como instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Saviani destaca que tanto a Pedagogia Tradicional quanto a Pedagogia Nova são ingênuas e idealistas, por acreditarem que seria possível a modificação da sociedade por meio da educação

PORTANTO, A ALTERNATIVA INCORRETA DA QUESTÃO DE NÚMERO 21, TAMBÉM É A LETRA “A”, pois apresenta o grupo das Teorias não críticas por que não reconhece que o problema da marginalidade está relacionado aos problemas da sociedade, o que é incorreto, pois a educação no caso também está inserida à sociedade. Assim sendo, solicito a anulação da questão 21 de conhecimentos específicos para o cargo de professor.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 1

Inscrição: **218462** Data do Envio: **06/09/22 11:46**

Desculpe, faltou a justificativa, a questão nº 26 fala sobre o art 169 da CF, e a Lei 101, ocorre PORÉM, que a questão pede "Nos Municípios o percentual é de:"

E no município de Barracão, conforme Lei organica:

Art. 119. A despesa com pessoal ativo e inativo do município não poderá exercer a 65% por cento de seu orçamento.

Como a banca também cobrava a Lei Orgânica, e não pedia expressamente a letra da Lei, mas o limite cobrado pelos municípios, o que de fato cria inúmeras possibilidades, visto não se prender a literatura da CF ou Lei Fiscal, mas sim das municipalidades. Portanto acredito que a questão deveria ser anulada.

Inscrição: **218653** Data do Envio: **06/09/22 12:17**

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 7, como correta a alternativa C, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois apesar de a alternativa C realmente estar correta, já que exige o subjuntivo, a alternativa B apresenta a conjunção "quando". Essa conjunção inicia uma oração subordinada temporal e nesse caso, também exige o subjuntivo, mesmo que de forma implícita. Veja:

A expressão "quando se está completamente sozinho" produz efeito de "quando estiver completamente sozinho", ou seja, quando não se utiliza o "se" como pronome apassivador, é preciso usar o verbo no subjuntivo. Essa especificidade, apesar de não ter sido levada em conta na elaboração da questão, prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente uma alternativa como verdadeira.

Embasamento teórico;

O subjuntivo e as orações subordinadas

O subjuntivo é o modo verbal que expressa o desejo, a hipótese, a condição, o pedido, a ordem, a proibição, o fato imaginado. Trata-se, portanto, de uma ação inacabada ou que está para se realizar. Por isso, em geral, o modo subjuntivo está presente nos verbos de orações subordinadas, já que na oração principal será apresentado o fato exato ou o fato real.

E x e m p l o :

Quando eu voltar, trarei flores para ti.

...[Quando eu voltar: oração subordinada = hipótese/condição; ação por se realizar]

...[trarei flores para ti: oração principal = resultado da hipótese; fato preciso]

Dentre as orações subordinadas, a oração adverbial temporal e a oração adverbial condicional são aquelas que exprimem especialmente as noções do modo subjuntivo. Assim, é obrigatório que os verbos dessas orações sejam construídos no modo subjuntivo.

E x e m p l o s :

Quando ele ver o lugar, saberá do que estou falando. [Inadequado]

Quando ele vir o lugar, saberá do que estou falando. [Adequado]

Se eu lhe peço antes, você iria comigo à festa? [Inadequado]

Se eu lhe pedisse antes, você iria comigo à festa? [Adequado]

De <<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/minigramatica/mini/osubjuntivoeeasoracoessubordinadas.htm>>

Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Inscrição: **219596** Data do Envio: **07/09/22 11:55**

Q u e s t õ e s :

P o r t u g u ê s :

01. Considerando a linha argumentativa desenvolvida no texto, assinale a alternativa integralmente CORRETA.

A. Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural é uma opção inadequada por evitar que o pesquisador se sinta sufocado pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical.

B. Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural é opção mais adequada do que a primeira pessoa do singular para evitar que o pesquisador comunique uma falsa modéstia.

C. Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, haja vista a expressividade subjetiva que subjaz ao uso dessa estratégia linguística.

D. Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, uma vez que não expressa humildade e, ainda, configura-se como uma afronta à lógica.

Explicação: o gabarito indica como correta a letra D como a questão integralmente correta. Contudo, apesar da primeira pessoa do plural não ser uma opção adequada na produção de textos de divulgação científica, a alternativa D sugere que a razão de não ser adequada é que não expressa humildade. ("uma vez que não expressa humildade"). Essa justificativa está

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 1

incorreta ao meu ver, eis que o uso da primeira pessoa do plural (nós) é utilizada justamente com a finalidade de expressar humildade. No texto o escritor até alega que a "suposta humildade do pesquisador se revela uma presunção temerosa que deve ser evitada", mas não diz que o uso do nós não expressa humildade. Diz que o uso da primeira pessoa do plural afronta a lógica, mas não alega que não expressa humildade. Essa conclusão não foi obtida da linha argumentativa do texto. Por isso a questão D não deve ser considerada como correta.

Por outro lado, a alternativa C me parece correta. Creio que o gabarito dessa questão deve ser alterado de D para C.

Inscrição: **221964**

Data do Envio: **07/09/22 14:21**

SOLICITO ANULAÇÃO DA QUESTÃO NÚMERO "20" DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BARRACÃO-PR ESTATUTARIOS (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022), CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, POIS SEGUNDO O GABARITO PROVISÓRIO FORNECIDO PELA BANCA, INFORMA QUE A ALTERNATIVA ASSERTIVA DA QUESTÃO É A LETRA "B CANGO – Colônia Agrícola General Ozório.", PORÉM A REFERIDA ALTERNATIVA NÃO ESTÁ ESCRITA CORRETAMENTE, POIS DE ACORDO COM O Decreto nº 12417 de 12/05/1943 / PE - Poder Executivo Federal, ONDE CONSTA A NOMENCLATURA CORRETA DA COLÔNIA COMO Colônia Agrícola Nacional "General Osorio".A BANCA, AO ERRAR A GRAFIA DA PALAVRA "CANGO" E O SOBRENOME "OSÓRIO" INDUZ O CANDIDATO AO ERRO POIS NO MOMENTO EM QUE NÃO DESCREVE A SIGLA CORRETAMENTE DEIXA MARGEM PARA O CANDIDATO ASSINALAR OUTRA RESPOSTA QUE POR SUA VEZ TAMBÉM ESTARÁ INCORRETA,CONFORME O GABARITO.

CONFORME OS ENDEREÇOS DESCRITOS ABAIXO:

<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/127688-cria-e-colunia-agrucola-nacional-general-osorio-no-estado-do-par>
a n u . h t m l

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html>

DIANTE DOS FATOS PEÇO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO BEM COMO A ATRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO DA MESMA A TODOS OS CANDIDATOS PARTICIPANTES.

Resposta aos Recursos

Em relação aos recursos impetrados contra a questão 01 de Língua Portuguesa, observa-se o que segue:

a) recurso que não dizem respeito a questão de Língua Portuguesa foram ignorados;

b) o recurso que indica que a letra C é a correta, ao invés da D não procede, uma vez que tem-se, na letra C: "Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, haja vista a expressividade subjetiva que subjaz ao uso dessa estratégia linguística." Segundo a linha argumentativa desenvolvida no texto, a razão pela qual se deve evitar a primeira pessoa do plural não é o fato de ela expressar subjetividade, conforme posto nessa alternativa. Logo, a questão não está correta. Já a letra D está correta porque os argumentos aí arrolados estão postos no texto, conforme se observa nestas passagens: "Ora, com todo respeito, trata-se de uma falácia. O argumento da suposta humildade do pesquisador revela-se, na verdade, uma presunção temerosa, que, penso, deve ser evitada."; "Além de gerar um ruído na comunicação, entendo que o uso da primeira pessoa do plural por um indivíduo que elabora sozinho um texto acadêmico representa uma afronta à lógica, já que nada justifica se referir a si como "nós", quando se está completamente sozinho no ato de escrever". O substantivo "suposta" indica que o autor não concorda com tal análise. O que para alguns é "humildade", para o autor do texto é "presunção temerosa", como fica explicitado no texto. Portanto, não se sustenta a análise que aponta que a ideia de humildade em relação ao uso da primeira pessoa do plural esteja alinhada à linha argumentativa desenvolvida no texto.

c) no que tange ao recurso impetrado quanto à questão 7, também de Língua Portuguesa, observa-se que o recurso não se sustenta, primeiro porque o que se pediu era a consideração das frases dadas no texto e reproduzidas na questão - e não frases escritas de outro modo - e, em segundo lugar, porque a conjunção QUANDO, embora possa vir acompanhada de subjuntivo em algumas frases, não o EXIGE - apenas a conjunção EMBORA apresenta tal restrição morfosintática. Assim, da mesma forma que a oração dada em C, que apresenta o modo INDICATIVO, outras tantas orações poderiam ser adequadamente produzidas em uma oração adverbial temporal. Exemplo: "Quando estou sozinha, estudo para concurso". "Quando fiz o concurso, não me atentei para esse uso linguístico" etc. Em geral, as conjunções podem figurar tanto no indicativo quanto no subjuntivo, por isso é preciso analisá-las no ambiente linguístico em que foram empregadas.

Considerando as respostas acima, os recursos às questões 01 e 07 ficam indeferidos, mantendo-se o gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 2

Inscrição: **219852**

Data do Envio: **05/09/22 22:07**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 2

A questão 20 traz o seguinte enunciado: Sobre a história da ocupação do Sudoeste paranaense, relatos focam sua atenção quase exclusivamente no período que tange à colonização oficial da região, a partir de 1943, com a criação da: “_____”, que possuía o objetivo de instalar no Sudoeste do Paraná famílias de agricultores, provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os quais são reconhecidos como os “pioneiros” da ocupação humana regional. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

Considerou, dentre as opções, a letra “b” como correta: CANGO – Colônia Agrícola General Ozório. Ocorre que ao analisar a questão, durante a realização da prova, foi possível notar que o nome correto é: Colônia Agrícola General Osório, diversamente da forma como que foi escrita na prova.

Desta forma, considerando que o erro apontado trouxe prejuízos na interpretação e que nenhuma das demais opções se mostram adequadas, requer a nulidade da questão.

Inscrição: **214857**

Data do Envio: **05/09/22 23:30**

Questão 26

Alternativa correta de acordo com o gabarito provisório: (D)

Solicito revisão da questão considerando que o item III que salienta a ocorrência frequente de Osteoporose em indivíduos com encefalopatia crônica não progressiva não está correto, visto que o decréscimo do depósito mineral e a remodelação óssea desproporcional é evidenciada somente na parcela de indivíduos em que se observa comprometimento severo da l o c o m o ç ã o .

Referencial teórico:

MAGEE, D.J. Avaliação musculoesquelética, 5. ed. Barueri: Manole, 2010.

SCHEINBERG, Morton Aaron; GOLMIA, Ricardo Prado; SALLUM, Adriana Maluf Elias; PIPPA, Maria Guadalupe Barbosa; CORTADA, Aline Pinheiros dos Santos; SILVA, Telma Gomes da. A saúde do osso na paralisia cerebral e a introdução de uma nova terapia. Revista Einstein. 2015.

Inscrição: **218254**

Data do Envio: **06/09/22 9:47**

Questão 02)

Resposta do gabarito: B) “O autor entende que o uso da 3ª pessoa pode ser sufocante para os pesquisadores, dificuldade essa que não é adequadamente superada pelo recurso à primeira pessoa do plural”

Argumento: A resposta D também está correta, “O autor entende que um texto científico deve se conformar às proposições da Lógica formal, o que permite, mesmo nas Ciências Humanas, que diferentes pesquisadores cheguem às mesmas conclusões.” visto que é dito pelo mesmo no parágrafo “Além de gerar um ruído na comunicação, entendo que o uso da primeira pessoa do plural por um indivíduo que elabora sozinho um texto acadêmico representa uma afronta à lógica, já que nada justifica se referir a si como “nós”, quando se está completamente sozinho no ato de escrever. Sendo o caso de ser uma pesquisa que teve ajudantes ou colaboradores, uma forma de valorizar sua participação é torná-los coautores ou mencioná-los diretamente no trabalho”, ou seja, utilizando a lógica formal, ou seja, utilizando a 3ª pessoa e citando no texto científico, é possível chegar a respostas. O que difere da utilização da primeira pessoa, que essa sim, não garante que se cheguem a mesma conclusão, porém com a lógica formal, subentende-se que pode se chegar.

Resposta aos Recursos

Em relação aos recursos impetrados contra a questão 1 de Língua Portuguesa, observa-se o que segue:

a) recurso que não dizem respeito a questão de Língua Portuguesa foram ignorados;

b) em relação ao argumento de que a letra D estaria também correta, observa-se que o autor não se referiu à Lógica formal (e, inclusive, na perspectiva de análise proposta pelo autor, a Lógica formal nem caberia nos enunciados de uma língua natural, pela própria subjetividade desta). Ademais, em nenhum momento do texto se argumentou pela objetividade nas Ciências Humanas; ao contrário, o autor entende que se trata de uma atividade com carga subjetiva, como fica claro na abordagem geral que faz e, de forma específica, neste fragmento: "Em verdade, não cabe ao pesquisador declarar a vontade de suas fontes, apenas interpretá-las com sua própria subjetividade que lhe é peculiar.". Logo, a questão D é INCORRETA e, portanto, NÃO passível de ser assinalada.

Considerando as respostas acima, os recursos à questão 02 ficam indeferidos, mantendo-se o gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 3

Inscrição: **214969**

Data do Envio: **05/09/22 21:27**

A questão pede para assinalar a alternativa INCORRETA. Na minha opinião todas as alternativas estão corretas.

Inscrição: **218513**

Data do Envio: **05/09/22 22:13**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 3

A pergunta está incompleta.

Inscrição: **215457** Data do Envio: **05/09/22 22:20**

O gabarito preliminar apresentou como correta a alternativa D, no entanto, considerando que: O comando da questão pede que seja assinalada a alternativa incorreta; O autor do texto defende a tese de que utilizar a primeira pessoa do plural (nós) ao invés de usar a primeira pessoa do singular (eu) é muito estranho e contra a lógica; além disso não é uma forma de ser humilde; Em seu texto, o autor SEGUE a própria tese, pois usa a primeira pessoa do singular. A alternativa A está incorreta, pois diz que o autor NÃO SEGUE a própria tese. Dessa forma, seria correto assinalar a letra A, visto que somente ela está incorreta;

solicito que seja alterado o gabarito.

Inscrição: **219087** Data do Envio: **05/09/22 22:34**

O gabarito preliminar apresentou como correta a alternativa D, no entanto, considerando que: O comando da questão pede que seja assinalada a alternativa incorreta; O autor do texto defende a tese de que utilizar a primeira pessoa do plural (nós) ao invés de usar a primeira pessoa do singular (eu) é muito estranho e contra a lógica; além disso não é uma forma de ser humilde; Em seu texto, o autor SEGUE a própria tese, pois usa a primeira pessoa do singular. A alternativa A está incorreta, pois diz que o autor NÃO SEGUE a própria tese. Dessa forma, seria correto assinalar a letra A, visto que somente ela está incorreta;

solicito que seja alterado o gabarito.

Inscrição: **214857** Data do Envio: **05/09/22 23:36**

Questão 27

Alternativa correta de acordo com o gabarito provisório: (D)

Solicito a revisão da questão considerando a qualidade inferior da impressão em preto e branco e a dificuldade de observar detalhes do exame de imagem. Saliento a preservação do espaço interarticular na imagem e a continuidade da cartilagem, sendo assim podendo ser graduada pela escala de Kellgren-Lawrence como grau I, e não grau III como sugere o resultado inicial do gabarito.

Inscrição: **218462** Data do Envio: **06/09/22 7:44**

falácia= Termo que expressa um raciocínio que aparenta ser verdadeiro, mas não é; silogismo sofisticado aristotélico.

Engodo=Tudo aquilo que se faz com o intuito de enganar alguém, induzindo esta pessoa ao erro.

como a questão pede a INCORRETA, não pode ser a letra "D", visto que se trata de expressões com a mesma semântica.

Inscrição: **213821** Data do Envio: **06/09/22 8:37**

O gabarito preliminar apresentou como correta a alternativa D, no entanto, considerando que: O comando da questão pede que seja assinalada a alternativa incorreta; O autor do texto defende a tese de que utilizar a primeira pessoa do plural (nós) ao invés de usar a primeira pessoa do singular (eu) é muito estranho e contra a lógica; além disso não é uma forma de ser humilde; Em seu texto, o autor SEGUE a própria tese, pois usa a primeira pessoa do singular. A alternativa A está incorreta, pois diz que o autor NÃO SEGUE a própria tese. Dessa forma, seria correto assinalar a letra A, visto que somente ela está incorreta;

solicito que seja alterado o gabarito.

Inscrição: **219062** Data do Envio: **06/09/22 14:46**

O gabarito preliminar apresentou como correta a alternativa D, no entanto, considerando que: O comando da questão pede que seja assinalada a alternativa incorreta; O autor do texto defende a tese de que utilizar a primeira pessoa do plural (nós) ao invés de usar a primeira pessoa do singular (eu) é muito estranho e contra a lógica; além disso não é uma forma de ser humilde; Em seu texto, o autor SEGUE a própria tese, pois usa a primeira pessoa do singular. A alternativa A está incorreta, pois diz que o autor NÃO SEGUE a própria tese. Dessa forma, seria correto assinalar a letra A, visto que somente ela está incorreta;

Solicito que seja alterado o gabarito.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 3

Inscrição: **214655** Data do Envio: **06/09/22 16:09**

Alternativa sugerida pela banca: D

A alternativa D não pode ser considerada como INCORRETA, haja vista que "uma falácia" e "um engodo" compartilham do mesmo significado (falsa atitude, adulação), portanto, a substituição não resultaria em prejuízo à coerência global.

Alternativa apropriada: A

Na alternativa diz que o autor não segue a tese defendida, essa é INCORRETA, visto que a personalidade demarcada no texto é da primeira pessoa do singular, conforme a idéia do autor a qual afirma que: o uso do "nós" (primeira pessoa do plural) para representar a subjetividade da opinião de um pesquisador é uma afronta à lógica.

Inscrição: **218130** Data do Envio: **06/09/22 17:59**

O enunciado exigia que o candidato respondesse a alternativa incorreta. O gabarito preliminar considerou como a alternativa a ser assinalada a "D", que trazia a seguinte situação: "A substituição do substantivo "uma falácia" (4º parágrafo) por "um engodo", não resultaria em alteração semântica significativa do texto a ponto de prejudicar a sua coerência global".

No entanto, o que se nota é que a palavra "falácia" tem como significado: "Qualidade daquilo que é falaz; engano, falsidade, logro, burla". Já a palavra "engodo" tem como significado "Qualquer meio astucioso que tenha a finalidade de ludibriar uma pessoa, induzindo-a à prática de erros, delitos, transgressões etc". Inclusive a palavra engodo pode ser usada como sinônimo de falácia.

Portanto, a substituição dos substantivos "uma falácia" por "um engodo" de fato não resultaria em alteração significativa do texto.

Dessa forma, a alternativa deveria ser considerada como correta, não podendo ser a alternativa a ser assinalada.

O que se considera como alternativa incorreta e que deveria ser assinalada é a "A", pois assim descreveu: "As escolhas linguísticas revelam que, nesse texto, o autor não segue a própria tese aí defendida, haja vista a forma como escolhe demarcar a personalidade no texto".

O autor defende a ideia de que em textos acadêmicos seria coerente a utilização do pronome pessoal em primeira pessoa do singular (eu), no lugar do pronome pessoal da primeira pessoa do plural (nós), haja vista que quando o indivíduo que elabora um trabalho científico, completamente sozinho, não há justificativa para usar o pronome pessoal "nós".

Desse modo, pode-se notar que o autor do texto utiliza expressões linguísticas que aduzem sua convicção a despeito, conjugando verbos em primeira pessoa, tais como em: "Penso que" – do verbo "Pensar" (2º parágrafo); "já vi seus defensores argumentando que [...]" – do verbo "Ver" (3º parágrafo, dentre outras expressões.

Assim, solicito a correção do gabarito para que seja considerada a alternativa "A".

Fonte: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em:
<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro>>.

Inscrição: **214046** Data do Envio: **06/09/22 19:38**

O gabarito preliminar apresentou como correta a alternativa D, no entanto, considerando que: O comando da questão pede que seja assinalada a alternativa incorreta;

O autor do texto defende a tese de que utilizar a primeira pessoa do plural (nós) ao invés de usar a primeira pessoa do singular (eu) é muito estranho e contra a lógica; além disso não é uma forma de ser humilde; Em seu texto, o autor SEGUE a própria tese, pois usa a primeira pessoa do singular.

A alternativa A está incorreta, pois diz que o autor NÃO SEGUE a própria tese. Dessa forma, seria correto assinalar a letra A, visto que somente ela está incorreta;

solicito que seja alterado o gabarito.

Inscrição: **214976** Data do Envio: **06/09/22 20:32**

O enunciado exigia que o candidato assinalasse a alternativa incorreta. O gabarito preliminar considerou como a alternativa a ser assinalada a "D", esta apresentava a seguinte situação: "A substituição do substantivo "uma falácia" (4º parágrafo) por "um engodo", não resultaria em alteração semântica significativa do texto a ponto de prejudicar a sua coerência global".

Porém, a palavra "falácia" tem como significado: "Qualidade daquilo que é falaz; engano, falsidade, logro, burla". Já a palavra "engodo" tem como significado "Qualquer meio astucioso que tenha a finalidade de ludibriar uma pessoa, induzindo-a à prática de erros, delitos, transgressões etc". Destaca-se ainda que a palavra engodo pode ser usada como

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 3

sinônimo de falácia.

Portanto, a substituição dos substantivos “uma falácia” por “um engodo” proposta na referida alternativa não resultaria em alteração significativa do texto. Assim, a alternativa “D” deveria ser considerada como correta, não podendo ser a alternativa a ser assinalada.

O que se considera como alternativa incorreta e que deveria ser assinalada é a “A”, pois assim descreveu: “As escolhas linguísticas revelam que, nesse texto, o autor não segue a própria tese aí defendida, haja vista a forma como escolhe demarcar a personalidade no texto”. O autor defende a ideia de que em textos acadêmicos seria coerente a utilização do pronome pessoal em primeira pessoa do singular (eu), no lugar do pronome pessoal da primeira pessoa do plural (nós), visto que o autor aponta: “Nada justifica se referir a si como “nós”, quando se está completamente sozinho no ato de e s c r e v e r ”

Assim, nota-se que o autor adota expressões que SEGUEM a sua própria tese. Dentre elas: “Como comentei na introdução” - do verbo comentar (1º parágrafo); “Penso que” – do verbo pensar (2º parágrafo); “já vi seus defensores argumentando que” – do verbo ver (3º parágrafo).

Assim, solicito a correção do gabarito para que seja considerada a alternativa “A”.

Fonte: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em:
<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro>>.

Inscrição: **213667** Data do Envio: **07/09/22 9:48**

O gabarito preliminar apresentou como correta a alternativa D, no entanto, considerando que: O comando da questão pede que seja assinalada a alternativa incorreta; O autor do texto defende a tese de que utilizar a primeira pessoa do plural (nós) ao invés de usar a primeira pessoa do singular (eu) é muito estranho e contra a lógica; além disso não é uma forma de ser humilde; Em seu texto, o autor SEGUE a própria tese, pois usa a primeira pessoa do singular. A alternativa A está incorreta, pois diz que o autor NÃO SEGUE a própria tese. Dessa forma, seria correto assinalar a letra A, visto que somente ela está incorreta;

solicito que seja alterado o gabarito.

Inscrição: **220154** Data do Envio: **07/09/22 10:10**

Prezado(a) Examinador(a),

Venho por meio deste recurso, propor a alteração do gabarito da questão nº 3 da prova para o cargo de advogado ou, subsidiariamente, a anulação da questão, pelos motivos a seguir expostos.

Exige-se, na questão impugnada, a realização de interpretação do texto "O "eu" no trabalho acadêmico: considerações sobre a proibição ao uso da primeira pessoa do singular nos textos científicos".

A questão solicita ao candidato que este assinale a assertiva INCORRETA.

Em que pese o gabarito provisório ter considerado como afirmação INCORRETA a letra "D" e, portanto, resposta da questão, verifica-se que o item INCORRETO, na verdade, trata-se da afirmação da letra "A".

Isso porque, da atenta leitura ao texto proposto, percebe-se que o autor não realiza crítica a subjetividade, em si, dos textos científicos, mas combate a utilização da primeira pessoa do plural (nós) por aqueles que defendem a impessoalidade do trabalho acadêmico.

Nesse aspecto, reitera-se, o autor não realiza crítica a subjetividade, per si, mas sim a falta de lógica daqueles que, ao pretender escrever na forma impessoal, utilizam verbos conjugados na primeira pessoa do plural (nós).

Nesse sentido, imprescindível destacar trecho das conclusões do artigo mencionado pela banca examinadora (disponível em:https://www.academia.edu/33506740/O_eu_no_trabalho_acad%C3%A7mico_Considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_a_proibi%C3%A7%C3%A3o_ao_uso_da_primeira_pessoa_do_singular_nos_textos_cient%C3%ADficos)

"Assim, até o momento, o que posso dizer é que, conforme tentei discutir com o leitor nas linhas que antecedem, há muitas vantagens em se adotar o “eu” no trabalho acadêmico das ciências humanas. (...) Tendo praticado o exercício de

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 3

personalidade neste texto que ora concluo, posso dizer ao leitor que o uso do “eu” tornou a atividade muito mais prazerosa e enriquecedora, e suas vantagens superam em muito as desvantagens quando se trata de trabalhos e pesquisas em ciências humanas (...)

Ora, o autor, na verdade incentiva o uso da subjetividade nos textos acadêmicos e, pelo trecho destacado pela banca examinadora, faz crítica ao uso do “nós” como forma inadequada de retirar a carga subjetiva por aqueles que defendem a im p e s s o a l i d a d e .

Nesse aspecto, verifica-se que a assertiva incorreta da questão nº 3, na realidade, é a letra “A”, in verbis: “As escolhas linguísticas revelam que, nesse texto, o autor não segue a própria tese aí defendida, haja vista a forma como escolhe demarcar a personalidade no texto”.

Isso porque o autor segue estritamente a própria tese defendida no texto, pois utiliza verbos na primeira pessoa do singular (eu), por exemplo: “comentei” (l.1), “devo dizer” (l.2), “penso” (l. 4), “já vi” (l.8), “entendo” (l.17), entre outros.

De igual maneira, exatamente como defendido pelo autor, este não utiliza sequer uma única vez verbos conjugados na primeira pessoa do plural (nós).

Portanto, com todo o respeito a esta banca examinadora, solicito a alteração do gabarito provisório da questão para constar como a resposta correta a letra “A” ou, subsidiariamente, a anulação da questão.

Inscrição: **219596** Data do Envio: **07/09/22 11:55**

03. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A. As escolhas linguísticas revelam que, nesse texto, o autor não segue a própria tese aí defendida, haja vista a forma como escolhe demarcar a personalidade no texto.
- B. Enquanto a expressão adverbial “Para tentar justificar esse paliativo” (3º parágrafo) veicula uma relação de finalidade, a expressão “Como comentei na introdução” (1º parágrafo) é conformativa.
- C. Uma paráfrase semanticamente possível da última oração do 1º parágrafo é: “Usar a primeira pessoa do plural é mais estranho e curioso do que proibir o uso da primeira pessoa do singular”.
- D. A substituição do substantivo “uma falácia” (4º parágrafo) por “um engodo” não resultaria em alteração semântica significativa do texto a ponto de prejudicar a sua coerência global.

Explicação: A alternativa D foi considerada a alternativa incorreta no gabarito. Contudo, também acho que a alternativa A está incorreta. Não dá para saber o que o autor defende no começo do texto dele, pois na prova foi destacado apenas um pedaço desse texto. Neste pedaço o autor critica o fato de alguns autores negarem o uso do “eu” mas permitirem o uso do nós. O autor faz uma crítica a isso, ou seja, a quem prefira usar a primeira pessoa do plural no emprego gramatical, defendendo que o uso do nós seria menos adequado. O autor não expressamente indica que é contra o uso da primeira pessoa do singular, modalidade que ele utiliza. Por isso, creio que a alternativa A também esteja incorreta, devendo a questão ser anulada.

Inscrição: **213811** Data do Envio: **07/09/22 16:25**

RECURSO ADMINISTRATIVO – PEDIDO DE TROCA DE GABARITO DA QUESTÃO 03-DE PORTUGUÊS OU SUBSIDIARIAMENTE DE ANULAÇÃO DA QUESTÃO

Vejamos o que dispõe a assertiva Nº 3:

03. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A. As escolhas linguísticas revelam que, nesse texto, o autor não segue a própria tese aí defendida, haja vista a forma como escolhe demarcar a personalidade no texto.
- B. Enquanto a expressão adverbial “Para tentar justificar esse paliativo” (3º parágrafo) veicula uma relação de finalidade, a expressão “Como comentei na introdução” (1º parágrafo) é conformativa.
- C. Uma paráfrase semanticamente possível da última oração do 1º parágrafo é: “Usar a primeira pessoa do plural é mais estranho e curioso do que proibir o uso da primeira pessoa do singular”.
- D. A substituição do substantivo “uma falácia” (4º parágrafo) por “um engodo” não resultaria em alteração semântica significativa do texto a ponto de prejudicar a sua coerência global.

O gabarito preliminar apresentou como alternativa correta o item ‘d’. Ocorre que analisando pormenorizadamente cada item, conclui-se que a alternativa correta para a questão é a alternativa de letra “A”. Explico:

Quanto a alternativa considerada correta pela banca, temos que a mesma considerou que a substituição do termo falácia para o termo engodo alteraria o sentido global da frase. Ocorre, que em pesquisa acerca dos significados das referidas expressões, denota-se que ambas são utilizadas como sinônimos, ou seja, a troca de um termo pelo outro não altera o sentido da referida sentença.

Falácia, significa: Discurso falso que se passa por verdadeiro; engano. Modo errado de se conceber alguma coisa; erro: a falácia de que toda mulher é sensível atrapalha a vida de muitas. Qualidade do que é falaz, capaz de enganar; ilusão: é uma falácia, uma fantasia, mas o mundo da arte é o mundo da fantasia. [Filosofia] Todo enunciado ou raciocínio de teor falso,

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 3

mas que se tenta passar por verdadeiro; sofismo.[Filosofia] Termo que expressa um raciocínio que aparenta ser verdadeiro, mas não é; silogismo sofisticado aristotélico. Fonte: <https://www.dicio.com.br/falacia/>

Já engodo, apresenta vários significados, dentre eles: Isca usada para atrair animais, geralmente aves ou peixes. Comportamento repleto de falsidade e desenvolvido para enganar; cilada, engano. Aquilo que se utiliza para chamar a atenção de alguém. Tudo aquilo que se faz com o intuito de enganar alguém, induzindo esta pessoa ao erro. Parte da terra que é levada por uma correnteza. Fonte: <https://www.dicio.com.br/engodo/>

Ainda, há inúmeros trabalhos científicos, que se referem a a ambas expressões como sinônimas, a exemplo, A LÓGICA DO ENGODO, disponível em: <https://agencia.fapesp.br/a-logica-do-engodo/11557/> e O USO ABUSIVO DAS FALÁCIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO, disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2019-ago-09/limite-penal-uso-abusivo-falacias-processo-penal-brasileiro>
Assim, percebe-se que a alternativa está correta, visto que a troca do termo falácia, pelo termo engodo, não altera o sentido da expressão, visto que ambos os termos remetem a mentira, falsidade. Assim, a alternativa “D” não pode ser considerada **i n c o r r e t a**.

Quanto a alternativa “A”, temos que o texto que serviu de base para elaboração da referida questão, faz uma crítica a falta de pessoalidade nos trabalhos acadêmicos, os quais são escritos na 1ª pessoa do plural (nós). Segundo o autor, os textos deveriam ser escritos na 1ª pessoa do singular (eu). Analisando a assertiva “A” vê-se que a questão fala que o autor não segue a própria tese, visto a forma que escolher demarcar a pessoalidade do texto.

A referida assertiva está incorreta, visto que o autor utiliza-se do emprego gramatical da 1ª pessoa do singular, conforme a tese defendida. O autor faz uso dos verbos “comentei”, 1º parágrafo, “penso”, 2º parágrafo, “já vi” 3º parágrafo, ainda que o sujeito esteja oculto, da leitura é nítido que o autor fala na 1ª pessoa do singular. Assim, a alternativa “a” é errônea ao afirmar que o autor não segue a tese defendida. A referida está **INCORRETA**.

Quanto a alternativa “B” e “C” ambas as alternativas estão corretas.

Veja, conforme exposto acima as alternativas “B”, “C” e “D” estão corretas.

Assim, tendo em vista que a questão de nº 03 apresenta alternativa “A” como incorreta, necessário se faz a alteração do gabarito da alternativa, para que passe a constar a alternativa “A” como incorreta. Subsidiariamente, caso a banca entenda por manter a questão “D” como incorreta, requer-se a questão seja anulada, visto que a alternativa “A” também está incorreta, não havendo assim apenas uma resposta para a questão.

Resposta aos Recursos

Considerando os recursos impetrados quanto à questão 3, em uma reanálise, observou-se que houve equívoco na indicação da letra do gabarito. A letra a ser assinalada é a letra A, uma vez que é incorreta a afirmação de que o autor NÃO segue a própria tese no texto, uma vez que ele advoga pelo uso da primeira pessoa do singular e o faz no decorrer do texto; além disso, ele argumenta que o uso da primeira pessoa do plural não é adequada e não faz uso de tal recurso linguístico. Portanto, a tese defendida pelo autor é por ele seguida em seu próprio texto. Por outro lado, a questão D apresenta uma análise CORRETA, o que impede de ser apontada como a alternativa adequada (já que o enunciado solicita que seja apontada a alternativa INCORRETA).

Assim, fica alterado o gabarito da questão 3, passando da alternativa de D para a alternativa A.

Decisão da Banca: **Alterar Questão para A**

Número da questão: 4

Inscrição: **214969** Data do Envio: **05/09/22 21:28**

Eu penso que a questão que está INCORRETA é a letra B e não a letra A. Pois, "o" antes de "o que" não é um pronome.

Inscrição: **214857** Data do Envio: **05/09/22 23:43**

Questão 36

Alternativa correta de acordo com o gabarito provisório: (D)

Solicito a revisão da questão considerando a impossibilidade de identificar os elementos da legenda no gráfico, haja visto que na impressão em preto e branco é impossível diferenciar e realizar uma análise adequada. Ressalto também a letra diminuta das tabelas que tornava difícil a compreensão do exposto.

Inscrição: **218130** Data do Envio: **06/09/22 18:03**

O enunciado exigia que o candidato respondesse a alternativa incorreta. O gabarito preliminar considerou como a alternativa a ser assinalada a “A”, no entanto, entende-se que a alternativa “B” também está incorreta, porquanto, a questão apresenta duas respostas, vejamos:

A alternativa “B” aduz: “O pronome “o” em “o que”, tem função referencial, evitando repetição desnecessária do que se disse anteriormente, no mesmo período. O conteúdo retomado por tal elemento diz respeito àquilo que se predica sobre “tais

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 4

a u t o r e s ” .

O que se pode observar no texto é que “o que” faz referência ao “meio-termo ‘nós’”, em vista das regras de coesão textual, pois o trecho aduz o seguinte: “[...] acabem tentando encontrar um meio-termo no ‘nós’, o que, a meu ver, é mero paliativo”.

Desse modo, solicito que a questão seja invalidada.

Inscrição: **214976** Data do Envio: **06/09/22 20:32**

O enunciado exigia que o candidato respondesse a alternativa incorreta. O gabarito preliminar considerou como a alternativa a ser assinalada a “A”, no entanto, entende-se que a alternativa “B” também está incorreta, porquanto, a questão apresenta duas respostas, visto que a alternativa “B” expõe: “O pronome “o” em “o que”, tem função referencial, evitando repetição desnecessária do que se disse anteriormente, no mesmo período. O conteúdo retomado por tal elemento diz respeito àquilo que se predica sobre “tais autores””.

Analisando o texto é possível concluir que “o que” faz referência ao “meio-termo ‘nós’”, em vista das regras de coesão textual, pois o trecho apresenta o seguinte: “[...] acabem tentando encontrar um meio-termo no ‘nós’, o que, a meu ver, é mero paliativo”.

Desse modo, solicito que a questão seja invalidada.

Inscrição: **215465** Data do Envio: **06/09/22 20:50**

De acordo com o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 (item 8 e 8.1), solicito recurso da questão 04, da prova da Engenharia Agrônomo.

F u n d a m e n t a ç ã o :

A referida questão (04), solicita para que seja marcada a alternativa que apresenta uma análise incorreta do segundo parágrafo do texto apresentado. O gabarito provisório, divulgado no dia 05/09/22, traz a letra ‘A’ como sendo a alternativa ideal. Porém, ao analisar a prova, verifica-se que a alternativa B também está incorreta.

A alternativa B, apresenta a seguinte afirmação: O pronome “o”, em “o que”, tem função referencial, evitando repetição desnecessária do que se disse anteriormente, no mesmo período. O conteúdo retomado por tal elemento diz respeito àquilo que se predica sobre “tais autores”.

No entanto, nesta oração, “o” não tem função referencial, ou seja, não é um pronome relativo. Na referida oração, a função referencial é exercida pelo pronome “que”.

Dessa forma, também pode-se considerar a alternativa B como incorreta.

Desde já, agradeço a compreensão

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 4

Resposta aos Recursos

Em relação aos recursos impetrados contra a questão 04 de Língua Portuguesa, observa-se o que segue:

a) recurso que não dizem respeito a questão de Língua Portuguesa foram ignorados;

b) Os recurso que apontam que a letra B estaria incorreta e, portanto, passível de ser assinalada não se sustentam. Em "o que", o termo "o" funciona morfossintaticamente como um pronome na função de aposto, ou seja, tem função referencial, e retoma o que foi predicado por "tais autores". A seguir, apresentamos uma paráfrase demonstrando essa retomada (que não é feita da forma como exposto abaixo porque ficaria repetitivo e, portanto, inadequado):

"Penso que tais autores, se sentindo sufocados pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical, porém, sem querer ceder à pessoalidade da primeira pessoa do singular, acabem tentando encontrar um meio-termo no "nós". Tentar encontrar um meio-termo no "nós", a meu ver, é mero paliativo".

Está incoerente o argumento de que o elemento em questão não tem função referencial por não ser pronome relativo, uma vez que os pronomes, de forma geral, assumem essa função textual (e não apenas os relativos).

Considerando as respostas acima, os recursos à questão 04 ficam indeferidos, mantendo-se o gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 6

Inscrição: **214969** Data do Envio: **05/09/22 21:28**

Essa questão não deixa bem claro se é apenas a oração principal ou a oração principal e a outra oração. Portanto, as duas alternativas possuem a oração principal a letra A e a letra C.

Inscrição: **219062** Data do Envio: **06/09/22 14:44**

Solicito que seja anulada a questão número 6, pois o enunciado pede para identificar/assinalar a oração principal, sendo que a alternativa A e C apresentam a oração principal "Penso que tais autores" e ao meu ver a letra C está mais precisa, pois se refere ao segundo período do 2º parágrafo do texto.

Inscrição: **215194** Data do Envio: **07/09/22 16:30**

Solicito que seja anulada a questão número 6, pois o enunciado pede para identificar/assinalar a oração principal, sendo que a alternativa A e C apresentam a oração principal "Penso que tais autores" e ao meu ver a letra C está mais precisa, pois se refere ao segundo período do 2º parágrafo do texto

Inscrição: **216972** Data do Envio: **07/09/22 16:55**

Solicito que seja anulada a questão número 6, pois o enunciado pede para Identificar/assinalar a oração principal, sendo que a alternativa A e C apresentam oração principal. (Penso que tais autores). Ao meu ver A Letra C está mais precisa, pois se refere ao segundo período do segundo paragrafo do texto.

Resposta aos Recursos

No que tange ao recurso impetrado contra a questão 06, observa-se que a única alternativa que apresenta a oração principal completa (inclusive com o objeto - oracional - do verbo principal) é a alternativa A. A alternativa C traz apenas parte da oração principal, o que gera incompletude sintática e semântica (Penso que tais autores) e uma oração adverbial.

No que tange ao argumento de que "a letra C está mais precisa, pois se refere ao segundo período do 2º parágrafo do texto", observa-se que os impetrantes confundiram a noção de oração com a noção de período (que começa na letra maiúscula e termina no ponto final). O 2º parágrafo é composto por dois períodos, sendo este o primeiro: "Penso que tais autores, se sentindo sufocados pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical, porém, sem querer ceder à pessoalidade da primeira pessoa do singular, acabem tentando encontrar um meio-termo no "nós", o que, a meu ver, é mero paliativo." Ou seja, nenhuma das alternativas da questão apresentaram fragmentos do 2º período do parágrafo.

Portanto, fica mantido o gabarito da questão 06.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 7

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 7

Inscrição: **218513** Data do Envio: **05/09/22 22:12**

A pergunta está incompleta.

Inscrição: **215457** Data do Envio: **05/09/22 22:29**

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 7, como correta a alternativa C, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois apesar de a alternativa C realmente estar correta, já que exige o subjuntivo, a alternativa B apresenta a conjunção "quando". Essa conjunção inicia uma oração subordinada temporal e nesse caso, também exige o subjuntivo, mesmo que de forma implícita. Veja:

A expressão "quando se está completamente sozinho" produz efeito de "quando estiver completamente sozinho", ou seja, quando não se utiliza o "se" como pronome apassivador, é preciso usar o verbo no subjuntivo. Essa especificidade, apesar de não ter sido levada em conta na elaboração da questão, prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente uma alternativa como verdadeira.

Embasamento teórico;

O subjuntivo e as orações subordinadas

O subjuntivo é o modo verbal que expressa o desejo, a hipótese, a condição, o pedido, a ordem, a proibição, o fato imaginado. Trata-se, portanto, de uma ação inacabada ou que está para se realizar. Por isso, em geral, o modo subjuntivo está presente nos verbos de orações subordinadas, já que na oração principal será apresentado o fato exato ou o fato real.

E x e m p l o :

Quando eu voltar, trarei flores para ti.

...[Quando eu voltar: oração subordinada = hipótese/condição; ação por se realizar]

...[trarei flores para ti: oração principal = resultado da hipótese; fato preciso]

Dentre as orações subordinadas, a oração adverbial temporal e a oração adverbial condicional são aquelas que exprimem especialmente as noções do modo subjuntivo. Assim, é obrigatório que os verbos dessas orações sejam construídos no modo subjuntivo.

E x e m p l o s :

Quando ele ver o lugar, saberá do que estou falando. [Inadequado]

Quando ele vir o lugar, saberá do que estou falando. [Adequado]

Se eu lhe peço antes, você iria comigo à festa? [Inadequado]

Se eu lhe pedisse antes, você iria comigo à festa? [Adequado]

De <<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/minigramatica/mini/osubjuntivoeasoracoessubordinadas.htm>>

Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Inscrição: **219087** Data do Envio: **05/09/22 22:35**

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 7, como correta a alternativa C, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois apesar de a alternativa C realmente estar correta, já que exige o subjuntivo, a alternativa B apresenta a conjunção "quando". Essa conjunção inicia uma oração subordinada temporal e nesse caso, também exige o subjuntivo, mesmo que de forma implícita. Veja:

A expressão "quando se está completamente sozinho" produz efeito de "quando estiver completamente sozinho", ou seja, quando não se utiliza o "se" como pronome apassivador, é preciso usar o verbo no subjuntivo. Essa especificidade, apesar de não ter sido levada em conta na elaboração da questão, prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente uma alternativa como verdadeira.

Embasamento teórico;

O subjuntivo e as orações subordinadas

O subjuntivo é o modo verbal que expressa o desejo, a hipótese, a condição, o pedido, a ordem, a proibição, o fato imaginado. Trata-se, portanto, de uma ação inacabada ou que está para se realizar. Por isso, em geral, o modo subjuntivo está presente nos verbos de orações subordinadas, já que na oração principal será apresentado o fato exato ou o fato real.

E x e m p l o :

Quando eu voltar, trarei flores para ti.

...[Quando eu voltar: oração subordinada = hipótese/condição; ação por se realizar]

...[trarei flores para ti: oração principal = resultado da hipótese; fato preciso]

Dentre as orações subordinadas, a oração adverbial temporal e a oração adverbial condicional são aquelas que exprimem especialmente as noções do modo subjuntivo. Assim, é obrigatório que os verbos dessas orações sejam construídos no modo subjuntivo.

Exemplos:

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 7

Quando ele ver o lugar, saberá do que estou falando. [Inadequado]

Quando ele vir o lugar, saberá do que estou falando. [Adequado]

Se eu lhe peço antes, você iria comigo à festa? [Inadequado]

Se eu lhe pedisse antes, você iria comigo à festa? [Adequado]

De <<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/minigramatica/mini/osubjuntivoeeasoracoessubordinadas.htm>>

Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Inscrição: 218019 Data do Envio: 06/09/22 13:59

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 7, como correta a alternativa C, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois apesar de a alternativa C realmente estar correta, já que exige o subjuntivo, a alternativa B apresenta a conjunção "quando". Essa conjunção inicia uma oração subordinada temporal e nesse caso, também exige o subjuntivo, mesmo que de forma implícita. Veja:

A expressão "quando se está completamente sozinho" produz efeito de "quando estiver completamente sozinho", ou seja, quando não se utiliza o "se" como pronome apassivador, é preciso usar o verbo no subjuntivo. Essa especificidade, apesar de não ter sido levada em conta na elaboração da questão, prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente uma alternativa como verdadeira.

Embasamento teórico;

O subjuntivo e as orações subordinadas

O subjuntivo é o modo verbal que expressa o desejo, a hipótese, a condição, o pedido, a ordem, a proibição, o fato imaginado. Trata-se, portanto, de uma ação inacabada ou que está para se realizar. Por isso, em geral, o modo subjuntivo está presente nos verbos de orações subordinadas, já que na oração principal será apresentado o fato exato ou o fato real.

E x e m p l o :

Quando eu voltar, trarei flores para ti.

...[Quando eu voltar: oração subordinada = hipótese/condição; ação por se realizar]

...[trarei flores para ti: oração principal = resultado da hipótese; fato preciso]

Dentre as orações subordinadas, a oração adverbial temporal e a oração adverbial condicional são aquelas que exprimem especialmente as noções do modo subjuntivo. Assim, é obrigatório que os verbos dessas orações sejam construídos no modo subjuntivo. Exemplos:

Quando ele ver o lugar, saberá do que estou falando. [Inadequado]

Quando ele vir o lugar, saberá do que estou falando. [Adequado]

Se eu lhe peço antes, você iria comigo à festa? [Inadequado]

Se eu lhe pedisse antes, você iria comigo à festa? [Adequado]

Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Inscrição: 219062 Data do Envio: 06/09/22 14:19

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 7, como correta a alternativa C, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois apesar de a alternativa C realmente estar correta, já que exige o subjuntivo, a alternativa B apresenta a conjunção "quando". Essa conjunção inicia uma oração subordinada temporal e nesse caso, também exige o subjuntivo, mesmo que de forma implícita. Veja:

A expressão "quando se está completamente sozinho" produz efeito de "quando estiver completamente sozinho", ou seja, quando não se utiliza o "se" como pronome apassivador, é preciso usar o verbo no subjuntivo. Essa especificidade, apesar de não ter sido levada em conta na elaboração da questão, prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente uma alternativa como verdadeira.

Embasamento teórico;

O subjuntivo e as orações subordinadas

O subjuntivo é o modo verbal que expressa o desejo, a hipótese, a condição, o pedido, a ordem, a proibição, o fato imaginado. Trata-se, portanto, de uma ação inacabada ou que está para se realizar. Por isso, em geral, o modo subjuntivo está presente nos verbos de orações subordinadas, já que na oração principal será apresentado o fato exato ou o fato real.

E x e m p l o :

Quando eu voltar, trarei flores para ti.

...[Quando eu voltar: oração subordinada = hipótese/condição; ação por se realizar]

...[trarei flores para ti: oração principal = resultado da hipótese; fato preciso]

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 7

Dentre as orações subordinadas, a oração adverbial temporal e a oração adverbial condicional são aquelas que exprimem especialmente as noções do modo subjuntivo. Assim, é obrigatório que os verbos dessas orações sejam construídos no modo subjuntivo.

E x e m p l o s :

Quando ele ver o lugar, saberá do que estou falando. [Inadequado]

Quando ele vir o lugar, saberá do que estou falando. [Adequado]

Se eu lhe peço antes, você iria comigo à festa? [Inadequado]

Se eu lhe pedisse antes, você iria comigo à festa? [Adequado]

De <<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/minigramatica/mini/osubjuntivoeasoracoessubordinadas.htm>>

Inscrição: 214046

Data do Envio: 06/09/22 19:38

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 7, como correta a alternativa C, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois apesar de a alternativa C realmente estar correta, já que exige o subjuntivo, a alternativa B apresenta a conjunção "quando". Essa conjunção inicia uma oração subordinada temporal e nesse caso, também exige o subjuntivo, mesmo que de forma implícita. Veja:

A expressão "quando se está completamente sozinho" produz efeito de "quando estiver completamente sozinho", ou seja, quando não se utiliza o "se" como pronome apassivador, é preciso usar o verbo no subjuntivo. Essa especificidade, apesar de não ter sido levada em conta na elaboração da questão, prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente uma alternativa como verdadeira.

Embasamento teórico;

O subjuntivo e as orações subordinadas

O subjuntivo é o modo verbal que expressa o desejo, a hipótese, a condição, o pedido, a ordem, a proibição, o fato imaginado. Trata-se, portanto, de uma ação inacabada ou que está para se realizar. Por isso, em geral, o modo subjuntivo está presente nos verbos de orações subordinadas, já que na oração principal será apresentado o fato exato ou o fato real.

E x e m p l o s :

Quando eu voltar, trarei flores para ti.

...[Quando eu voltar: oração subordinada = hipótese/condição; ação por se realizar]

...[trarei flores para ti: oração principal = resultado da hipótese; fato preciso]

Dentre as orações subordinadas, a oração adverbial temporal e a oração adverbial condicional são aquelas que exprimem especialmente as noções do modo subjuntivo. Assim, é obrigatório que os verbos dessas orações sejam construídos no modo subjuntivo.

E x e m p l o s :

Quando ele ver o lugar, saberá do que estou falando. [Inadequado]

Quando ele vir o lugar, saberá do que estou falando. [Adequado]

Se eu lhe peço antes, você iria comigo à festa? [Inadequado]

Se eu lhe pedisse antes, você iria comigo à festa? [Adequado]

De <<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/minigramatica/mini/osubjuntivoeasoracoessubordinadas.htm>>

Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Inscrição: 213667

Data do Envio: 07/09/22 9:49

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 7, como correta a alternativa C, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois apesar de a alternativa C realmente estar correta, já que exige o subjuntivo, a alternativa B apresenta a conjunção "quando". Essa conjunção inicia uma oração subordinada temporal e nesse caso, também exige o subjuntivo, mesmo que de forma implícita. Veja:

A expressão "quando se está completamente sozinho" produz efeito de "quando estiver completamente sozinho", ou seja, quando não se utiliza o "se" como pronome apassivador, é preciso usar o verbo no subjuntivo. Essa especificidade, apesar de não ter sido levada em conta na elaboração da questão, prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente uma alternativa como verdadeira.

Embasamento teórico;

O subjuntivo e as orações subordinadas

O subjuntivo é o modo verbal que expressa o desejo, a hipótese, a condição, o pedido, a ordem, a proibição, o fato imaginado. Trata-se, portanto, de uma ação inacabada ou que está para se realizar. Por isso, em geral, o modo subjuntivo está presente nos verbos de orações subordinadas, já que na oração principal será apresentado o fato exato ou o fato real.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 7

Exemplo:

Quando eu voltar, trarei flores para ti.

...[Quando eu voltar: oração subordinada = hipótese/condição; ação por se realizar]

...[trarei flores para ti: oração principal = resultado da hipótese; fato preciso]

Dentre as orações subordinadas, a oração adverbial temporal e a oração adverbial condicional são aquelas que exprimem especialmente as noções do modo subjuntivo. Assim, é obrigatório que os verbos dessas orações sejam construídos no modo subjuntivo.

Exemplos:

Quando ele ver o lugar, saberá do que estou falando. [Inadequado]

Quando ele vir o lugar, saberá do que estou falando. [Adequado]

Se eu lhe peço antes, você iria comigo à festa? [Inadequado]

Se eu lhe pedisse antes, você iria comigo à festa? [Adequado]

De <<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/minigramatica/mini/osubjuntivoeasoracoessubordinadas.htm>>

Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Resposta aos Recursos

No que tange ao recurso impetrado quanto à questão 7, observa-se que o recurso não se sustenta, primeiro porque o que se pediu era a consideração das frases dadas no texto e reproduzidas na questão - e não frases escritas de outro modo. Ou seja, apenas a alternativa C apresentava verbo no SUBJUNTIVO:

A. Ora, com todo respeito, trata-se de uma falácia. (INDICATIVO)

B. [...] quando se está completamente sozinho no ato de escrever. (INDICATIVO)

C. [...] embora neguem o uso do "eu" [...]. (SUBJUNTIVO)

D. Como comentei na introdução [...]. (INDICATIVO)

Em segundo lugar, a conjunção QUANDO, embora possa vir acompanhada de subjuntivo em algumas frases, não o EXIGE - apenas a conjunção EMBORA apresenta tal restrição morfossintática. Assim, da mesma forma que a oração dada em D, que apresenta o modo INDICATIVO, outras tantas orações poderiam ser adequadamente produzidas em uma oração adverbial temporal. Exemplo: "Quando estou sozinha, estudo para concurso". "Quando fiz o concurso, não me atentei para esse uso linguístico" etc. Em geral, as conjunções podem figurar tanto no indicativo quanto no subjuntivo, por isso é preciso analisá-las no ambiente linguístico em que foram empregadas.

Considerando as respostas acima, os recursos à questão 07 ficam indeferidos, mantendo-se o gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 8

Inscrição: **218462** Data do Envio: **06/09/22 11:17**

Questão solicita a INCORRETA, porém a alternativa "D" do gabarito está certa, visto que o pronome "suas" se flexiona para concordar com o substantivo conclusões.

Resposta aos Recursos

Em relação ao recurso impetrado contra a questão 8 de Língua Portuguesa, observa-se o que segue:

a) o argumento apresentado pelo impetrante não é adequado, uma vez que o pronome suas flexiona-se em gênero e número para concordar com o substantivo que o segue, e não com o elemento a que faz referência. Essa paráfrase, com substantivo masculino exemplifica essa explicação:

"Nada lhe garante que os autores que

lhe serviram de fonte de pesquisa chegariam às mesmas conclusões que as suas, ou que foram corretamente interpretados em SEUS ARGUMENTOS.

Considerando a resposta acima, o recurso à questão 08 fica indeferido, mantendo-se o gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 9

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Língua Portuguesa Sup.

Número da questão: 9

Inscrição: **218513** Data do Envio: **05/09/22 22:11**

A pergunta está incompleta.

Inscrição: **219439** Data do Envio: **06/09/22 9:19**

As regras de acentuação levam em conta a classificação tônica (oxítona, paroxítona, proparoxítona) e a terminação da palavra (terminação em A, E, O, ditongo). Há três posições para uma sílaba tônica. Na língua portuguesa, a sílaba tônica é sempre uma das três últimas, sendo oxítona a última sílaba tônica, paroxítona a penúltima sílaba tônica e proparoxítona a antepenúltima sílaba tônica. Dessa forma, levando em consideração que a palavra JÁ é uma oxítona terminada em A, segundo a nova regra do acordo ortográfico de 2013, acentuam-se com acento agudo as palavras terminadas nas vogais tônicas abertas grafadas -A, -E, ou -O, seguidas ou não de S. Já em relação à palavra RUIDO, levando em consideração que é uma palavra paroxítona as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, recebem portanto também o acento agudo. Além disso, de acordo com a BASE X do mesmo material As vogais tônicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento. Em relação a palavra INTERPRETÁ-LAS, são acentuadas as formas verbais ligadas por hífen a pronomes átonos "-lo(s)" e "-la(s)" que estejam estes em ênclise ou mesóclise. Portanto, de acordo com a questão existem dois gabaritos corretos, SENDO eles A e B, tendo de ser ANULADA.

r e f e r ê n c i a s :

Acordo ortográfico da língua portuguesa : atos internacionais e normas correlatas. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. 100 p

Inscrição: **218462** Data do Envio: **06/09/22 14:59**

Desculpe, encontrei mais um erro na questão 08 mas o sistema nao permite ajustar- a letra B está errada (a questão pede a incorreta. O nucleo do sujeito não é o substantivo "forma" como afirmado, mas sim "pesquisa",além disso, o verbo ser esta conjugado para concordar com "pesquisa", não com "forma".

Resposta aos Recursos

Em resposta aos recursos à questão 9, observa-se que:

a) não se sustenta a análise que diz que a pergunta está incompleta, pois trata-se de uma questão sem nenhuma lacuna sintática ou semântica: "Assinale a alternativa em que todas as palavras recebem acento gráfico pela mesma regra de acentuação".

b) um dos recursos aponta regras de acentuação e diz que tanto a alternativa A quanto a B estão corretas. No entanto, no próprio argumento, mostra que as palavras de A seguem regras diferentes (inclusive, quanto à sílaba tônica, são classificadas de forma diferente). A única alternativa que segue a mesma regra de acentuação é a letra B: acentuam-se todas as palavras proparoxítonas.

c) No que tange ao pedido de revisão da questão 8, observa-se que o recurso apresenta análise inadequada. Em "uma forma de valorizar sua participação é torná-los coautores ou mencioná-los diretamente no trabalho", a expressão nominal "uma forma de valorizar sua participação" constitui o sujeito da oração principal, cujo núcleo é o substantivo "forma". O substantivo "pesquisa" integra a oração subordinada adverbial anterior à oração principal. Portanto, o verbo indicado não mantém com tal elemento relação de concordância.

Considerando as respostas acima, os recursos às questões 08 e 09 ficam indeferidos, mantendo-se o gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Matemática e Raciocínio lógico Sup.

Número da questão: 11

Inscrição: **218019** Data do Envio: **06/09/22 21:04**

O gabarito preliminar, apresentou, na questão número 11, como correta a alternativa D, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois a mesma apresentou falta de clareza.

Resposta aos Recursos

A interpretação faz parte do problema apresentado. A questão está correta e deve ser mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 12

Inscrição: **219439** Data do Envio: **06/09/22 9:35**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Matemática e Raciocínio lógico Sup.

Número da questão: 12

De acordo com a questão 12 da prova, foi realizada uma pesquisa com turistas que visitaram a cidade de Foz do Iguaçu, buscando identificar qual o local turístico visitado na cidade que eles mais gostaram. Das pessoas que responderam o questionário 175 gostaram mais do Parque das aves, 160 gostaram mais das Cataratas do Iguaçu e 120 gostaram mais do Marco das Três Fronteiras. Segundo a regra matemática então, deveremos usar a representação de 3 conjuntos, sendo eles o Parque das Aves (A), as Cataratas do Iguaçu (B) e por fim o Marco das Três Fronteiras (C). Levando em consideração, que existe uma intersecção entre o conjunto A e B formado por 40 pessoas, uma intersecção entre o conjunto B e C formado por 30 pessoas, uma intersecção entre o conjunto A e C formado por 55 pessoas, além de uma intersecção entre A, B e C formado por 20 pessoas. Para descobriremos, portanto, o valor correspondente a cada um dos grupos, que gosta apenas de um dos locais, precisamos descontar o valor das intersecções, visto que as intersecções justificam que as pessoas não gostam apenas de um LOCAL, mas mais do que um. Nesse caso, apenas 70 pessoas gostam apenas das CATARATAS DO IGUAÇU, 60 pessoas gostam apenas do PARQUE DAS AVES e 15 pessoas apenas gostam do MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS. O valor correspondente não consta na prova, portanto e por isso a questão deve ser ANULADA.

Inscrição: **218130** Data do Envio: **06/09/22 18:05**

A questão não possui uma alternativa certa.

Observa-se que o enunciado informou que 160 pessoas gostaram mais das Cataratas do Iguaçu; 40 pessoas gostaram mais do Parque das Aves e das Cataratas do Iguaçu; 30 pessoas gostaram das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras; 20 pessoas disseram que gostaram do Parque das Aves, das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras.

Desse modo, questiona-se quantas pessoas gostaram MAIS, APENAS das Cataratas do Iguaçu, (parte final do enunciado da questão).

Vislumbrando as palavras MAIS E APENAS no enunciado, deve-se subtrair do valor total todas as pessoas que afirmaram "gostar" das Cataratas do Iguaçu e de outros pontos turísticos citados de forma concomitante.

No entanto, deve-se subtrair também aqueles que afirmaram "gostar mais" das Cataratas do Iguaçu e de outros pontos turísticos concomitantemente, visto que não gostam APENAS das Cataratas do Iguaçu.

Assim, cumprindo o exigido pelo enunciado da questão, o cálculo a ser realizado deve ser: $160 - 40 - 30 - 20 = 70$ pessoas, logo, não há alternativa que abarque a resposta.

Dessa forma, solicito que a questão seja invalidada.

Inscrição: **214976** Data do Envio: **06/09/22 20:32**

A questão não possui uma alternativa certa.

Observa-se que 160 pessoas gostaram mais das Cataratas do Iguaçu; 40 pessoas gostaram mais do Parque das Aves e das Cataratas do Iguaçu; 30 pessoas gostaram das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras; 20 pessoas disseram que gostaram do Parque das Aves, das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras.

Sabendo disto, o enunciado questiona quantas pessoas gostaram MAIS, APENAS das Cataratas do Iguaçu.

Considerando o emprego das palavras MAIS E APENAS no enunciado, deve-se subtrair do valor total todas as pessoas que afirmaram "gostar" das Cataratas do Iguaçu e de outros pontos turísticos de maneira associada. Porém, deve-se subtrair também aqueles que afirmaram "gostar mais" das Cataratas do Iguaçu e de outros pontos turísticos de maneira associada, visto que não gostam APENAS das Cataratas do Iguaçu.

Satisfazendo o exigido pelo enunciado da questão, a operação realizada deve ser: $160 - 40 - 30 - 20 = 70$ pessoas.

Dessa forma, solicito que a questão seja invalidada.

Inscrição: **220154** Data do Envio: **07/09/22 10:43**

Prezado(a) Examinador(a),

Venho, por meio deste instrumento, impugnar a questão nº 12 da prova para o cargo de advogado, solicitando a anulação da questão por erro na formulação do enunciado, tornando-se inviável a interpretação da questão e conseqüentemente a elaboração dos cálculos indispensáveis à resposta.

Nesse sentido, imprescindível transcrever o enunciado da questão (em caixa alta as partes que merecem destaque):

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Matemática e Raciocínio lógico Sup.

Número da questão: 12

"No mês de janeiro foi realizada uma pesquisa com turistas que visitaram a cidade de Foz do Iguaçu buscando identificar qual o local turístico visitado na cidade que eles mais gostaram. Das pessoas que reponderam o questionário, 175 disse que gostou mais do Parque das Aves, 160 PESSOAS GOSTARAM MAIS DAS CATARATAS DO IGUAÇU e 120 pessoas relataram que gostaram mais do Marco das Três Fronteiras. Além disso, 40 pessoas gostaram mais do parque das Aves e das Cataratas do Iguaçu, 30 pessoas gostaram das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras, 55 pessoas gostaram do Parque das Aves e do Marco das Três Fronteiras e ainda, 20 pessoas disseram que gostaram do Parque das Aves, das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras. Sabendo disso, QUANTAS PESSOAS GOSTARAM MAIS, APENAS DAS CATARATAS DO IGUAÇU?"

Com o devido acato a essa banca examinadora, o enunciado da questão possui contradição insuperável e que torna impossível a resolução do problema.

Em primeiro lugar, o questionamento "QUANTAS PESSOAS GOSTARAM MAIS, APENAS DAS CATARATAS DO IGUAÇU?" é de irrealizável interpretação.

Pois, caso determinado indivíduo goste mais de algo (em relação comparativa a outra coisa) necessariamente apenas gostará em maior grau de uma única coisa. Ou seja, "gostar mais" confere noção de exclusão.

Em outras palavras somente se pode "gostar mais" de "apenas" uma determinada coisa em relação a outra.

Nesse sentido, a pergunta "quantas pessoas gostaram mais, apenas das Cataratas do Iguaçu?" teria que ser respondida necessariamente com a afirmação realizada no enunciado de que "160 pessoas gostaram mais das Cataratas do Iguaçu", visto que o conjunto hipotético de pessoas que "gostaram mais" das Cataratas do Iguaçu é de no mínimo 160 pessoas.

Além disso, mesmo que a questão não utilizasse a expressão "160 pessoas gostaram mais das Cataratas do Iguaçu" e utilizasse algo como "160 pessoas gostaram das Cataratas do Iguaçu e de mais algum ponto turístico", de igual maneira faltariam informações indispensáveis na questão para o cálculo das interseções dos conjuntos propostos.

Isso é, evidencia-se que faltam informações indispensáveis à resolução do problema e, inclusive, a formulação do enunciado apresenta grave erro que torna impossível a interpretação do problema pelo candidato, uma vez que a afirmação "160 pessoas gostaram mais das Cataratas do Iguaçu" é necessariamente a resposta da pergunta proposta "quantas pessoas gostaram mais, apenas das Cataratas do Iguaçu"

Portanto, com o devido acato por esta banca examinadora, pugno pela anulação da questão nº 12 da prova para o cargo de advogado.

Inscrição: **217855** Data do Envio: **07/09/22 14:46**

Solicito a anulação da questão 12, pois não há alternativa correta, a questão fornece os seguintes dados:

- 175 pessoas gostaram mais do Parque das Aves.
- 160 pessoas gostaram mais das Cataratas do Iguaçu.
- 120 pessoas gostaram mais do Marco das Três Fronteiras.
- 40 pessoas gostaram mais do parque das aves e das Cataratas do Iguaçu.
- 30 pessoas gostaram das Cataratas e do Marco das Três Fronteiras.
- 55 pessoas gostaram do Parque das Aves e do Marco das Três Fronteiras.
- 20 pessoas gostaram do Parque das Aves, das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras.

Depois dos dados a questão pergunta: "Sabendo disto, quantas pessoas gostaram mais, apenas das Cataratas do Iguaçu?"

Pois vejamos, se 160 pessoas gostaram mais das Cataratas e dentre elas 40 pessoas também gostaram do Parque das aves, 30 pessoas também gostaram do Marco e 20 pessoas gostaram de todos, $160 - 40 - 30 - 20 = 70$, e não há alternativa com esse valor.

Mas se formos atentos aos detalhes, a questão da ênfase na palavra "mais", na frase "gostaram mais", tentemos então por essa lógica.

No total 160 pessoas gostaram mais das Cataratas e 40 pessoas gostaram mais das Cataratas e do Parque. As 30 pessoas que gostaram também do Marco e as 20 que gostaram de todos não possuem a palavra "mais", então a conta fica: $160 - 40 = 120$, e também não há alternativa com esse valor.

Assim sendo, solicito a anulação da questão 12.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Matemática e Raciocínio lógico Sup.

Número da questão: 12

Resposta aos Recursos

O enunciado traz que 175 pessoas gostaram mais do Parque das Aves, 160 pessoas mais das Cataratas do Iguaçu e 120 gostaram mais do Marco das Três Fronteiras. Além disso, 40 pessoas gostaram do Parque das Aves e das Cataratas do Iguaçu, 30 pessoas das Cataratas e do Marco das Três Fronteiras, 55 pessoas do Parque das Aves e do Marco das Três Fronteiras. Como uma última informação o problema diz que 20 pessoas gostaram do Parque das Aves, das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras. Como queremos saber quantos pessoas gostaram apenas das Cataratas é necessário desconsiderar as intersecções, ou seja, $160 \text{ menos } 50 = 110$.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 15

Inscrição: **218462** Data do Envio: **06/09/22 14:15**

$$25,20 = 0,10x + 0,25 \cdot (2x)$$

$$25,50 = 0,10x + 0,50x$$

$$25,50 = 0,60x$$

$$x = 25,50/0,60$$

$$x = 42,5 \text{ moedas para maria}$$

$$12,75 = x \cdot 0,10 + 0,25(3x)$$

$$12,75 = 15 \text{ moedas para Marieta}$$

$$\text{total} = 57,5 \text{ moedas}$$

Como o gabarito não batia me induziu a achar que meus calculos estavam errados, e acabei perdendo a questão... parece bobo mas acho que deveria ser anulada.

Resposta aos Recursos

A equação correta é:

M a r i a

$$x \cdot 0,10 + y \cdot 0,25 = 25,20$$

$$x \cdot 0,10 + 2x \cdot 0,25 = 25,20$$

$$0,6 x = 25,20$$

$$x = 42$$

M a r i e t a

$$x \cdot 0,10 + y \cdot 0,25 = 12,75$$

$$0,10 x + 3x \cdot 0,25 = 12,75$$

$$0,85 x = 12,75$$

$$x = 15$$

$$\text{Total} = 42 + 15 = 57.$$

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Conhecimentos Gerais, Legislação Sup.

Número da questão: 17

Inscrição: **213224** Data do Envio: **06/09/22 13:35**

A questão em discussão exigia o conhecimento do art. 24, da Lei nº 2056/2015, acerca da progressão funcional. Este dispositivo legal traz expressamente duas possibilidades, in verbis, são elas:

Art. 24. O servidor cujo desempenho tenha sido avaliado:

I - na média ou acima da média progredirá uma referência dentro do mesmo nível até alcançar a referência máxima do nível;

II - abaixo da média permanecerá na mesma referência e em caso de reincidência de preterição submeter-se-á a treinamento e/ou testes psicológicos, ficando a disposição do órgão de pessoal para readaptação ou transferência.

Portanto, ao analisar a questão de nº 17, somente os itens I e II expressam o que preconiza o art. 24 da lei, as alternativas

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Conhecimentos Gerais, Legislação Sup.

Número da questão: 17

restantes não encontram previsão legal, TORNANDO A QUESTÃO TOTALMENTE NULA POR FALTA DE ALTERNATIVA CORRETA.

Resposta aos Recursos

Art. 24. O servidor cujo desempenho tenha sido avaliado:

I – na média ou acima da média progredirá uma referência dentro do mesmo nível até alcançar a referência máxima do nível;

II – abaixo da média permanecerá na mesma referência e em caso de reincidência de preterição submeter-se-á a treinamento e/ou testes psicológicos, ficando a disposição do órgão de pessoal para readaptação ou transferência.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 19

Inscrição: **214857** Data do Envio: **05/09/22 20:58**

Questão 23

Resposta de acordo com o gabarito provisório: Alternativa (D)

Solicito revisão da questão visto correlação do termo "vibração manual" aos recursos da Fisioterapia Respiratória, que não seriam responsáveis pelo desenvolvimento de Síndrome do Túnel do Carpo, induzindo ao erro durante a resolução da mesma.

Inscrição: **217855** Data do Envio: **07/09/22 16:17**

A questão 19 teve como resposta no gabarito a letra C, que tem como certa as opções 2, 4 e 5, porém a 6ª opção também está correta, pois assim está escrito na lei:

“§ 6º Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º.”

E o parágrafo 1º da lei diz o seguinte:

“§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 dias (trinta) dias, a requerimento do interessado.”

A opção 6 da questão diz: “§ 6º Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse ocorrer no prazo superior ao previsto no § 1º”. Assim sendo, ambas as afirmações possuem o mesmo significado, dizendo que se não respeitado o prazo, o ato de provimento será tornado sem efeito.

Portanto, a opção sexta está correta, o que faz com que as opções verdadeiras sejam as 2, 4, 5 e 6, e não há alternativa com essas opções.

Resposta aos Recursos

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 dias (trinta) dias, a requerimento do interessado. o paragra 1º citado não corresponde com o contido em lei, portanto a questão se refere ao prazo citado de 90 dias e não ao especificado na lei.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 20

Inscrição: **214857** Data do Envio: **05/09/22 20:49**

Questão 25- Resposta correta de acordo com o gabarito provisório: (A)

Solicito revisão da questão visto a variabilidade das sequelas decorrentes da encefalopatia crônica não progressiva. Considerando que a lesão pode acometer estruturas diferentes, o desfecho clínico também se torna único, impossibilitando a expressão de inflexibilidade no enunciado.

No livro Paralisia Cerebral – Teoria e prática os autores Monteiro et all 2015; citam a hipertonia persistente em crianças acometidas por encefalopatia crônica como um sinal de atraso cognitivo, corroborando para a impossibilidade de definir de maneira estrita as manifestações neurocinéticofuncionais da lesão.

Autores como Mansur e Neto em publicação do ano de 2006 correlacionam o desenvolvimento neuropsicomotor a cognição e aprendizado escolar.

Referencial teórico:

MANSUR SS; NETO FR. Desenvolvimento neuropsicomotor de lactentes desnutridos. Revista brasileira de Fisioterapia. 2006. Vol.10, No. 2.

MONTEIRO, Carlos Bandeira Mello de; ABREU, Luiz Carlos de; VALENTI, Vitor Engrácia. Paralisia Cerebral. Teoria e Prática. 2015. Editora Plêiade. São Paulo.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Conhecimentos Gerais, Legislação Sup.

Número da questão: 20

Inscrição: **217114** Data do Envio: **06/09/22 10:26**

questão 25 a encefalopatia crônica não progressiva causa problemas no tônus equilíbrio corporal e cognição discordando da resposta do gabarito

Inscrição: **221964** Data do Envio: **07/09/22 14:24**

SOLICITO ANULAÇÃO DA QUESTÃO NÚMERO "20" DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BARRACÃO-PR ESTATUTÁRIOS (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022), CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, POIS SEGUNDO O GABARITO PROVISÓRIO FORNECIDO PELA BANCA, INFORMA QUE A ALTERNATIVA ASSERTIVA DA QUESTÃO É A LETRA "B CANGO – Colônia Agrícola General Ozório.", PORÉM A REFERIDA ALTERNATIVA NÃO ESTÁ ESCRITA CORRETAMENTE, POIS DE ACORDO COM O Decreto nº 12417 de 12/05/1943 / PE - Poder Executivo Federal, ONDE CONSTA A NOMENCLATURA CORRETA DA COLÔNIA COMO Colônia Agrícola Nacional "General Osório". A BANCA, AO ERRAR A GRAFIA DA PALAVRA "CANGO" E O SOBRENOME "OSÓRIO" INDUZ O CANDIDATO AO ERRO POIS NO MOMENTO EM QUE NÃO DESCREVE A SIGLA CORRETAMENTE DEIXA MARGEM PARA O CANDIDATO ASSINALAR OUTRA RESPOSTA QUE POR SUA VEZ TAMBÉM ESTARÁ INCORRETA, CONFORME O GABARITO.

CONFORME OS ENDEREÇOS DESCRITOS ABAIXO:

<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/127688-cria-e-colunia-agrucola-nacional-general-osorio-no-estado-do-par>
a n u . h t m l

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html>

DIANTE DOS FATOS PEÇO A ANULAÇÃO DA QUESTÃO BEM COMO A ATRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO DA MESMA A TODOS OS CANDIDATOS PARTICIPANTES.

Resposta aos Recursos

as questões 25 não se refere a essa questão. em relação ao outro recurso querer imputar a anulação da questão por um erro de crase em Osório, alegando que isso o induz a erro totalmente fora de propósito

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Advogado

Número da questão: 23

Inscrição: **218462** Data do Envio: **06/09/22 11:36**

Gabarito deveria ser a letra "C" visto que o município poderia sim legislar sobre matéria privativa de competência da união, vale lembrar que competência privativa, diferentemente da exclusiva, cabe delegação. E isto de fato ocorre, tendo em vista que o próprio município de barracão, em sua Lei Orgânica, legisla sobre (inclusive esta lei foi objeto de cobrança pela banca nesta prova)

Art. 7º Compete ao Município:

XXVII - regulamentar e licenciar a fixação de cartazes, anúncios e qualquer outro meio de publicidade ou propaganda, inclusive a sonora;

Inscrição: **218386** Data do Envio: **07/09/22 9:24**

A questão nº. 23 exigiu conhecimento a respeito da competência para legislar sobre matéria atinente a publicidade comercial no território municipal, bem como sobre a iniciativa para edição de lei a respeito.

Sobre o tema, não se ignora que, conforme artigo 22, inciso XXIX da Constituição Federal, compete à União a disciplina sobre "propaganda comercial."

Ocorre que, de acordo com as disposições do artigo 7º, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município de Barracão/PR, compete ao Município: "regulamentar e licenciar a fixação de cartazes, anúncios e qualquer outro meio de publicidade ou propaganda, inclusive a sonora."

Tal previsão legal, atrelada ao disposto no artigo 30, inciso I da Constituição Federal que prevê que a competência para legislar sobre assuntos de interesse local é do Município, possibilita seja entendido que a lei editada no Município é sim constitucional, ao contrário do apontado na alternativa tida como certa no gabarito.

O enunciado da questão mesclou os termos de cada uma das mencionadas leis - "publicidade" da Lei Orgânica do Município e "comercial" da Constituição Federal - trazendo ainda o termo "veiculada em território local", o que despertou notória inconsciência sobre o conteúdo que estava sendo exigido e conseqüentemente sobre a resposta que deveria ser marcada. Assim, a forma como a questão foi redigida mostrou-se controversa em relação as Leis que foram previstas no Edital, o que prejudicou sua compreensão e, por conseqüência, a escolha pela opção correta.

Em razão disso, a questão nº. 23 merece ser anulada, o que desde já se requer.

Inscrição: **213811** Data do Envio: **07/09/22 16:59**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 23

RECURSO ADMINISTRATIVO- PEDIDO DE ANULAÇÃO DA QUESTÃO 23

A questão trata acerca da constitucionalidade ou não de projeto de lei da câmara de vereadores que versou sobre propaganda comercial, bem como atribuições da secretaria municipal de ordem pública.

O gabarito divulgado pela banca, indicou como a alternativa correta, a letra "D", pois entendeu ser inconstitucional o referido projeto de lei tanto pelo vício de iniciativa quanto pelo vício material.

Contudo, não como concordar com o referido gabarito, visto que a questão não traz qual a legislação deve-se tomar por base para analisar a questão. Visto que a CRFB dispõem que a competência para legislar é privativa da União, enquanto a Lei Orgânica do município de Barracão, dispõem de forma contrária, em seu art. 7º: Vejamos: Compete ao município: XXVII - regulamentar e licenciar a fixação de cartazes, anúncios e qualquer outro meio de publicidade ou propaganda, inclusive a s o n o r a ;

Ou seja, conforme disposição legal do próprio município, pode legislar acerca de propaganda. Assim, visto que a questão não fala qual regramento deve levar em conta para analisar a constitucionalidade do ato, bem como, no caso em tela tanto a alternativa "C" quanto a alternativa "D" estariam corretas, a vista das duas disposições legais existentes, necessário se faz a anulação da questão, por não haver no enunciado, esclarecimento acerca de qual lei deve ser levada em conta para realizar a análise acerca da constitucionalidade ou não do projeto de lei. A lei orgânica do município está dentre as matérias possíveis de cobrança no edital do presente concurso.

Resposta aos Recursos

A questão arguiu sobre a constitucionalidade de uma lei municipal, razão pela qual deveria ser apreciada e respondida à luz da CF.

Há, no enunciado, violação a dois preceitos constitucionais: primeiro o de iniciativa de propositura do projeto de lei, que não poderia ser da "totalidade dos membros da Câmara Municipal"; segundo, violação de regra que estabelece competência privativa da União sobre a matéria (propaganda comercial).

Decisão da Banca: Manter Questão

Número da questão: 24

Inscrição: 219143 Data do Envio: 06/09/22 9:27

Enunciado da questão: 24. Determinado servidor público do Município Y impetrou mandado de segurança por haver sido reduzido o adicional de insalubridade que lhe era pago. O impetrante tomou ciência da decisão administrativa em 03/01/2022, tendo impetrado o mandado de segurança em 15/08/2021, pois desempenhava as mesmas atividades funcionais e continuava a perceber valor reduzido do adicional. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção c o r r e t a .

Motivo do Recurso: Observem nobres julgadores que o enunciado da questão informa que o servidor tomou ciência da decisão administrativa em 03/01/2022 e impetrou mandado de segurança em data anterior aos fatos 15/08/2021, ao seja no ano de 2021, o que por si só já é motivo de anulação pois impossível o servidor ter impetrado mandado de segurança antes mesmo de ter conhecimento dos fatos que foi no ano de 2022.

Em buscas na internet é fácil perceber que houve um equívoco no enunciado sendo o correto a data do petiçãoamento do mandado posterior ao conhecimento dos fatos, o que invalida a questão.

Todavia ainda cumpre ressaltar que as respostas exigiam raciocínio a cerca de prazos do mandado de segurança o que agrava ainda mais o fato das datas estarem erradas, sendo assim a anulação da questão em apreço medida que se impõe.

Atenciosamente,

Inscrição: 213224 Data do Envio: 06/09/22 13:36

Esta questão tratava sobre o mandado de segurança. Os primeiros erros encontrados são relacionadas AS DATAS INFORMADAS, onde colocou-se como ciência da decisão a data de 03/01/2022 e que impetrou o mandado de segurança em 15/08/2021. Nota-se que OS ANOS SÃO INCOMPATÍVEIS CRONOLOGICAMENTE, ou seja, o mandado de segurança foi impetrado em data anterior ao ciência do ato, prejudicando a feitura da questão.

Ademais, reconheceu-se como correta a letra D, na qual considera como inexistente o prazo legal para impetrar Mandado de Segurança no caso em tela, de maneira incorreta.

Ocorre que, conforme reiteradas decisões, que serão citadas abaixo, o Mandado de Segurança possui o prazo constitucional de 120 dias e, se reconhecida decadência do direito, será extinto com resolução de mérito.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADENCIA AFASTADA. PRAZO DE 120 DIAS. SERVIDOR

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 24

PÚBLICO CIVIL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. SUPRESSÃO. RESTABELECIMENTO DA VANTAGEM ATÉ A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA TÉCNICA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. 1. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e vinte dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. 2. No caso, a contagem não se inicia na data da suspensão do pagamento do adicional, mas sim na data do ato que indeferiu o pedido administrativo de restabelecimento do pagamento, em julho de 2015. (Tribunal Regional Federal da 4ª Região TRF-4 - Apelação Cível).

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REDUÇÃO DE PERCENTUAL DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. SUPRESSÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA EM PROVENTO. ATO COMISSIVO DE EFEITOS CONCRETOS. PRAZO DECADENCIAL CONFIGURADO. 1 - É pacífico o entendimento do STJ e desta Corte no sentido de que a supressão de vantagem pecuniária devida a servidor público é ato comissivo, único e de efeitos permanentes, não havendo, pois, falar em prestações de trato sucessivo, hipótese em que o termo inicial do prazo decadencial de 120 dias, a que se refere o artigo 23 da Lei nº 12.016/09. 2 - A alteração dos percentuais do adicional de insalubridade promovida por preceito inserido em lei estadual não configura relação de trato sucessivo, por tratar-se de ato único de efeito concreto na esfera dos direitos do impetrante. 3 - A ação mandamental que ataca lei de efeitos concretos tem como marco inicial, para a contagem do prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, a data da ciência do ato impugnado e não da data da publicação da lei de efeitos concretos. In casu, como a data de entrada em vigor da lei atacada - Lei Estadual nº 19.573/2016 - se deu no dia 29/12/2016, o prazo decadencial para a impetração do mandamus começou a fluir a partir do momento em que os impetrantes suportaram os efeitos da norma que reduziu os percentuais dos adicionais de insalubridades, o qual se deu no dia 10/02/2017, data do pagamento referente ao mês de janeiro de 2017. 4 - Decorridos mais de 120 (cento e vinte) dias entre o conhecimento da redução e a data do protocolo do Mandado de Segurança, como ocorreu na hipótese, o reconhecimento da decadência do direito de impetrá-lo é medida que se impõe. SEGURANÇA DENEGADA. PROCESSO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Com base na exposição acima, deve ser alterado o gabarito da questão impugnada, considerando correta a alternativa de letra B. Ou, devendo ser anulada.

Inscrição: **218462** Data do Envio: **06/09/22 13:53**

A questão deveria ser anulada pois embora a Constituição não tenha fixado um prazo para que o Mandado de Segurança possa ser impetrado, historicamente, a legislação sempre fixou o prazo de 120 (cento e vinte) dias “contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado”. No caso, a questão traz que o impetrante tomou ciência da decisão administrativa em 03/01/2022, ou seja, antes da decisão administrativa (15/08/2021).

Talvez o correto para a ocasião seria ajuizar uma Ação de Conhecimento pelo rito ordinário com o exato mesmo teor (porém sem as restrições que o Mandado de Segurança possui).

Não é a toa que a LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 menciona a mesma essência para o caso de ainda penderem recursos com efeito suspensivo, o que invalida o uso do mandado de segurança, pois carece de decisão administrativa a cerca da matéria:

Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; ou seja, ainda não havia decisão da administração, portanto indevido o momento para a o uso do mandado de segurança.

Lembra-se que é inexigível o esgotamento da via administrativa para a impetração de ação mandamental, sob pena de violação ao princípio de livre acesso à justiça, porém, no caso, nem mesmo houve o pronunciamento denegatório da autoridade competente para que se fizesse o uso do instrumento constitucional.

Neste caso, vale lembrar que o prazo decadencial não flui em se tratando de ato omissivo, isto é, quando a autoridade coatora, devidamente provocada, não responde à solicitação do requerente renovando-se a omissão enquanto não houver resposta à pretensão deduzida.

Inscrição: **218386** Data do Envio: **07/09/22 9:24**

A questão nº. 24 exigiu conhecimento a respeito da impetração de mandado de segurança. Ocorre que, a resposta apontada como correta claramente diverge do entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, de que “a teoria do trato sucessivo restringe-se às hipóteses de impetração contra ato omissivo ilegal da autoridade coatora, devendo o ato comissivo, seja de supressão ou de redução de vencimentos, ser atacado dentro do prazo de que cuida o artigo 18 da Lei nº. 1.533/51, atualmente art. 23 da Lei 12.016/09, que devem ser impetrados em harmonia com a natureza e vocação específica do mandado de segurança”. (REsp 1.195.628/ES, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 1º/12/2021)

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 24

E mais: "O ato administrativo que suprime vantagem é único e de efeitos concretos, iniciando-se o prazo decadencial para a impetração de Mandado de Segurança a partir da ciência do ato impugnado, a teor do disposto no artigo 23 da Lei 12016/2009." (Aglnt no REsp 1777700/CE, Rel. Ministro Herman, Segunda Turma, DJe 02/08/2019) São inúmeros os precedentes da Corte Superior, que, aliás, são utilizados pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR – órgão Especial - MSOE – 1134619-7 – Curitiba – Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira – Unânime – J. 18.08.2014) / (TJPR – 7ª C. Cível em Composição integral -EDC – 1048387-7/01 – Curitiba – Rel.: Juiz Vitor Martim Batschke – Unânime – J. 06.05.2014).

Não se ignora que o Edital não foi expresso quanto a exigência de conhecimento jurisprudencial, no entanto, analisando a prova como um todo, é evidente que a intenção da Banca examinadora foi exigir o conhecimento de tal fonte do direito dos candidatos, à exemplo da questão nº. 31.

A formulação, em uma prova de Procurador Municipal, de questão com o tema decadência no mandado de segurança, onde não se exige do candidato o conhecimento há muito consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça a respeito do assunto, mostra-se desarrazoada e contrária aos interesses da Administração, pois na hipótese da questão, a utilização do entendimento atualizado pelo Procurador, acarretaria na denegação da segurança pela decadência do direito à impetração do writ, evitando-se assim o trâmite de mandado de segurança em desfavor de servidor municipal. Em razão disso a resposta que deve ser apontada como correta para a questão de nº. 24 é a constante na alternativa "B", pois é esta que está de acordo com o artigo 23 da Lei nº. 12.016/2009, bem como com o entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça e utilizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em seus julgamentos.

Resposta aos Recursos

Razão assiste ao recorrente. Em que pese ser possível identificar que houve erro de digitação de data, cabe invalidar a questão, em virtude de tal erro.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 26

Inscrição: **218462** Data do Envio: **06/09/22 11:39**

Lei Orgânica do Município de Barracão:

Art. 119. A despesa com pessoal ativo e inativo do município não poderá exercer a 65% por cento de seu orçamento.

portanto a questão deveria ser anulada,.

Inscrição: **218386** Data do Envio: **07/09/22 9:25**

A questão nº. 26 foi plagiada do Concurso para o cargo de Auditor Contábil da Câmara de Criciúma/SC, realizado pela Banca Unesc no ano de 2021, o que ofende os princípios da isonomia, impessoalidade e concorrência, norteadores no âmbito dos concursos públicos, pois beneficia os candidatos que tiveram acesso às provas anteriores, seja participando dos outros certames ou estudando pelas provas, disponíveis e facilmente acessáveis na rede mundial de computadores. Em razão disso, a questão nº. 26 merece ser anulada, o que desde já se requer.

Resposta aos Recursos

A questão faz expressa menção ao percentual estabelecido na Lei Complementar 101, de 04/05/2000, devendo a resposta estar de acordo com a regra referida no enunciado.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 29

Inscrição: **220154** Data do Envio: **07/09/22 12:05**

Prezado (a) Examinador (a),

Venho por meio deste instrumento solicitar a anulação da questão nº 29 da prova para o cargo de advogado, uma vez que a questão extrapolou o conteúdo programático previsto no edital nº 01/2022.

Observa-se, de início, que a questão exigiu do candidato conhecimentos específicos, no âmbito do direito civil, parte especial, acerca de Preferências e Privilégios Creditórios, previstos nos artigos 955 e seguintes do Código Civil de 2002.

A resposta tida como verdadeira por esta respeitável banca examinadora é aquela inscrita na letra "D", qual seja: "O privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição da lei, ao pagamento do crédito que ele f a v o r e c e " .

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 29

De fato, o Código Civil, em seu artigo nº 963, dispõe que "O privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição de lei, ao pagamento do crédito que ele favorece; e o geral, todos os bens não sujeitos a crédito real nem a privilégio especial."

Todavia, em que pese a existência da disposição em comento (CC/02, art. 963) que prevê que o privilégio especial só compreende os bens sujeitos ao pagamento do crédito que ele favorece, observa-se que o edital do concurso público deixou de prever o respectivo tema em seu conteúdo programático.

Nesse íterim, segue trecho da matéria de "direito civil" no conteúdo programático previsto no edital relativamente ao cargo de advogado, in verbis:

"Direito Civil: Lei de introdução ao Código Civil: características e função. Parte geral do Código Civil. Parte especial: obrigações e contratos. Responsabilidade civil. Posse e propriedade. O sistema do Código de Defesa do Consumidor."

Ora, evidencia-se que o edital limitou o conteúdo da parte especial do Código Civil às matérias de (1) obrigações e contratos, (2) responsabilidade civil e (3) Posse e Propriedade.

Nesse âmbito, as disposições relativas ao tema "obrigações e contratos" podem ser encontradas nos artigos 233 e seguintes do CC/02, a matéria de responsabilidade civil é prevista nos artigos 927 até 954 do CC/02 (Título IX) e a matéria de posse e propriedade é disposta nos artigos 1.196 e seguintes do Código Civil.

Ocorre que as disposições específicas sobre Preferências e Privilégios Creditórios é disposta nos artigos 955 e seguintes, em título específico do Código Civil (Título X), cujo qual não se confunde com direito obrigacional, contratual, de responsabilidade civil ou direito das coisas.

Isso é, considerando que o edital fez discriminação por temas dos conteúdos de direito civil, parte especial, que poderiam ser cobrados: "Parte especial: obrigações e contratos. Responsabilidade civil. Posse e propriedade" – RESTA EVIDENCIADA A COMPLETA AUSÊNCIA DE MENÇÃO À MATÉRIA DE "PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS" (Título X do CC/02).

Portanto, à luz da jurisprudência consolidada do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a cobrança de conteúdos que extrapolem os limites previstos no edital de concurso público viola os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da legalidade e da competitividade:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. EDITAL Nº 42/CGCP/2019. IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NOS CRITÉRIOS DA BANCA EXAMINADORA. RESSALVADA A QUESTÃO QUE COBROU ASSUNTO NÃO PREVISTO NO EDITAL. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO QUE ESPECIFICOU OS ARTIGOS A SEREM COBRADOS. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NÃO PREVISTO NO EDITAL. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PERMITIDA. PREVISÃO DA REALIZAÇÃO E CRITÉRIOS OBJETIVOS NO EDITAL. LAUDO REALIZADO POR COMISSÃO E ASSINADO POR PROFISSIONAL HABILITADO. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 5ª C.Cível - 0005433-82.2019.8.16.0103 - Lapa - Rel.: DESEMBARGADOR LUIZ MATEUS DE LIMA - J. 16.08.2021)

REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO -PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO – ACOLHIMENTO – MÉRITO - QUESTÃO DISCURSIVA - CONTEÚDO NÃO PREVISTO NO EDITAL DE ABERTURA DO CERTAME - ANULAÇÃO DO QUESITO PELO PODER JUDICIÁRIO - POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – SENTENÇA MANTIDA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 4ª C.Cível - 0049184-95.2019.8.16.0014 - Londrina - Rel.: DESEMBARGADORA REGINA HELENA AFONSO DE OLIVEIRA PORTES - J. 22.06.2020).

Portanto, diante da ausência de previsão específica no conteúdo programático do Edital nº 01/2022 sobre "Direito Civil, parte especial: Preferências e Privilégios Creditórios", requer-se, respeitosamente, a anulação da questão nº 29.

Resposta aos Recursos

A questão e respectivas alternativas se encontram de acordo com matéria constante no Livro I, da Parte Especial do Código Civil, intitulado "Do Direito das Obrigações".

O edital prevê: "Parte especial: obrigações e contratos". Portanto, a matéria exigida consta no edital.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 31

Inscrição: 218161 Data do Envio: 06/09/22 16:09

O enunciado da questão pede para assinalar a alternativa correta de acordo com Jurisprudência do STJ, ocorre que não estava previsto no edital em seu anexo IV, o estudo de Jurisprudência para o cargo do advogado, de forma ocorreu a não observação do princípio da vinculação ao edital, devendo assim ser anulada a questão e atribuída a pontuação integral a todos os candidatos nos termos do item 8.1 do edital.

Diante o Exposto, de forma tempestiva e fundamentada se requerer seja julgado procedente o presente recurso para o fim especial de se anular a questão 31 da prova.

Nesses termos, pede e se espera deferimento.

Leandro Negri Cunico – Número da Inscrição 218161.

JURISPRUDÊNCIA CITADA:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROVA OBJETIVA. PLEITO DE ANULAÇÃO DE QUESTÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA EM PRIMEIRO GRAU. INSURGÊNCIA DA IMPETRADA. NÃO ACOLHIMENTO. PERGUNTA QUE EXIGIA CONHECIMENTOS SOBRE DIPLOMA NORMATIVO NÃO PREVISTO NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO EDITAL. VIOLAÇÃO À LEGALIDADE, TRADUZIDA, EM MATÉRIA DE CONCURSO PÚBLICO, NO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. AUSÊNCIA DE INTERFERÊNCIA NOS CRITÉRIOS DA BANCA EXAMINADORA. 1. A ilegalidade consistente na violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório com a exigência de conteúdo não previsto no conteúdo programático do edital do concurso autoriza a intervenção do Poder Judiciário para correção do vício, o que não se confunde com eventual tentativa de substituição da banca examinadora. 2. A composição do relatório resumido de execução orçamentária exigida pela questão nº 30 da prova está prevista apenas na Lei de Responsabilidade Fiscal, não havendo como se presumir que a mera interpretação dos artigos da Lei Orgânica e da Constituição Federal seriam capazes de levar à conclusão exposta na alternativa a da questão, por se tratar de matéria de cunho absolutamente objetivo e pontual. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 5ª C.Cível - 0003788-04.2019.8.16.0109 - Londrina - Rel.: DESEMBARGADOR NILSON MIZUTA - J. 16.11.2020)

(TJ-PR - REEX: 00037880420198160109 Londrina 0003788-04.2019.8.16.0109 (Acórdão), Relator: Nilson Mizuta, Data de Julgamento: 16/11/2020, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 16/11/2020)

Inscrição: 218386 Data do Envio: 07/09/22 9:25

A questão nº. 31 foi plagiada do Concurso para o cargo de Delegado de Polícia Civil da Paraíba, realizado pela Banca Cespe/Cebraspe no ano de 2022, o que ofende os princípios da isonomia, impessoalidade e concorrência, norteadores no âmbito dos concursos públicos, pois beneficia os candidatos que tiveram acesso às provas anteriores, seja participando dos outros certames ou estudando pelas provas, disponíveis e facilmente acessáveis na rede mundial de computadores. Em razão disso, a questão nº. 31 merece ser anulada, o que desde já se requer.

Inscrição: 220154 Data do Envio: 07/09/22 11:12

Prezado (a) Examinador (a),

Venho por meio deste instrumento solicitar a anulação da questão nº 31 da prova para o cargo de advogado por conter dupla resposta, quais sejam as letras "A" (indicada no gabarito provisório) e também "C".

Inicialmente, prezando pela objetividade, de fato, a afirmativa da letra "A", tal como indicada no gabarito provisório, é verdadeira pois segue a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre responsabilidade civil, vejamos:

"A legitimidade para pleitear a reparação por danos morais é, em regra, do próprio ofendido, no entanto, em certas situações, são colegitimadas também aquelas pessoas que, sendo muito próximas afetivamente à vítima, são atingidas indiretamente pelo evento danoso, reconhecendo-se, em tais casos, o chamado dano moral reflexo ou em ricochete" - vide: informativo nº 459/STJ e também REsp 1.208.949-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 7/12/2010.

Todavia, em que pese a veracidade da afirmação da letra "A", também se reputa igualmente correta a afirmação da letra "C" da questão nº 31, qual seja:

Acerca da resposabilidade civil, à luz da jurisprudência do STJ, detém legitimidade para pleitear indenização: "pessoa jurídica de direito público, por dano moral relativo à ofensa de sua honra ou imagem".

Isso porque a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que pessoas jurídicas de direito público são legitimadas para pleitearem indenização por danos morais por danos a sua honra e imagem, vejamos:

CIVIL E ADMINISTRATIVO. "CASO JORGINA DE FREITAS". LESÕES EXTRAPATRIMONIAIS CAUSADAS POR AGENTES DO ESTADO AO INSS. PREJUÍZOS INSUSCETÍVEIS DE APRECIÇÃO ECONÔMICA E DE EXTENSÃO INCALCULÁVEL. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. HISTÓRICO DA DEMANDA (...) 8. O direito das pessoas jurídicas à reparação por dano moral não exsurge apenas no caso de prejuízos comerciais, mas

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 31

também nas hipóteses, mais abrangentes, de ofensa à honra objetiva. Nesse plano, até mesmo entidades sem fins lucrativos podem se atingidas. (...)

CONCLUSÃO 13. Recurso Especial provido, com determinação de retorno dos autos, para que, TENDO COMO FIXADA A VIABILIDADE DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, o Tribunal de origem reaprecie a questão como entender de direito. (...) (REsp n. 1.722.423/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 24/11/2020, DJe de 18/12/2020.)

Segue trecho do acórdão paradigmático (caso Jordana de Freitas):

"(...) O que se extrai é que a credibilidade institucional da autarquia previdenciária foi fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais segurados da Previdência e os jurisdicionados em geral é evidente, tudo consubstanciado por uma lesão de ordem extrapatrimonial praticada por agentes do Estado, que não pode ficar sem resposta judicial. (...) Ante o exposto, dou provimento ao Recurso Especial, determinando o retorno dos autos, para que, tendo como fixada a viabilidade jurídica da reparação por danos morais no caso, o Tribunal de origem reaprecie a questão como entender de direito (...)"

No caso em questão, o Superior Tribunal de Justiça compreendeu que o dano à imagem e a honra da autarquia previdenciária INSS (pessoa jurídica de direito público) é passível de indenização.

Vide o seguinte trecho da ementa: "(...) 13. Recurso Especial provido, com determinação de retorno dos autos, para que, TENDO COMO FIXADA A VIABILIDADE DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, o Tribunal de origem reaprecie a questão como entender de direito. (...)"

Sendo assim, por haver dupla resposta à questão, à luz do princípio do julgamento objetivo e isonomia, requer-se, respeitosamente, a anulação da questão nº 31 da prova para o cargo de advogado.

Resposta aos Recursos

A questão, apesar de mencionar no enunciado a jurisprudência do STJ, está elaborada a partir de legislação e doutrina pertinentes à responsabilidade civil. Além disto, ainda que não conste no edital exigência de estudo específico da jurisprudência do STJ, o conhecimento da matéria pressupõe conhecimento de doutrina e jurisprudência pertinentes, pois as questões não se limitam a reproduzir textos normativos.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 33

Inscrição: **218130** Data do Envio: **06/09/22 18:08**

A questão abordou sobre os princípios constitucionais do direito administrativo.

O gabarito preliminar considerou como alternativa correta a "B". No entanto, entende-se como alternativa a ser assinalada a "C", pois assim aduziu: "podem ser aplicados diretamente pelo gestor público, mas não em sentido contrário à lei, ainda que o interesse público aponte nesse sentido".

O que se pode notar é que a alternativa encontra-se correta, levando em consideração que o gestor público deve observar o princípio da legalidade, também aplicável à administração pública. Nesse sentido, o interesse público deve estar em consonância com os ditames da lei.

Ademais, no que tange a alternativa "B", aborda a Resolução n. 7 de 18 de outubro de 2005 do Conselho Nacional de Justiça, que disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário.

Tal resolução foi discutida na ADC 12 pelo STF que entendeu pela constitucionalidade, pois está em perfeito acordo com os dispositivos constitucionais e infralegais. A decisão assim aduziu: "O ato normativo que se faz de objeto desta ação declaratória densifica apropriadamente os quatro citados princípios do Art. 37 da Constituição Federal, razão por que não há antinomia de conteúdos na comparação dos comandos que se veiculam pelos dois modelos normativos: o constitucional e o **i n f r a c o n s t i t u c i o n a l**".

E ainda: "Donde o juízo de que as restrições constantes do ato normativo do CNJ são, no rigor dos termos, as mesmas restrições já impostas pela Constituição de 1988, dedutíveis dos republicanos princípios da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade. É dizer: o que já era constitucionalmente proibido permanece com essa tipificação, porém, agora, mais expletivamente positivado".

A doutrina compreende que o princípio da legalidade não deve abarcar apenas a lei em sentido estrito, mas deve considerar

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 33

todo o aparato jurídico.

Desse modo, quando a alternativa aduz que as decisões administrativas dispensam a intermediação da lei, excluem-se a aplicação dos princípios da administração pública, pois estão inseridos no que se chama de bloco de legalidade, englobando todos os princípios a serem aplicados em consonância com a lei.

Assim, solicita que a questão seja invalidada.

Inscrição: **213811** Data do Envio: **07/09/22 16:47**

RECURSO ADMINISTRATIVO- PEDIDO DE ANULAÇÃO DA QUESTÃO 33

A questão trata acerca dos Princípios do Direito Administrativo. A referida questão não é inédita. Existem outros concursos públicos, realizados anteriormente, que já utilizaram grande parte da escrita da questão 33, ferindo o princípio da isonomia, a saber: Concurso para delegado de polícia, ano 2022, banca cebraspe.

Assim, verifica-se que a questão é idêntica à já cobrada por outra banca em certames anteriores. A referida questão pode ser acessada em <https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/5d45bb05-af> Em vista do exposto, em sede de recurso à questão, por infringência ao princípio da isonomia, requer que a questão 33 seja ANULADA”

Resposta aos Recursos

A alternativa C não está correta. Os princípios são dotados de força normativa, superior à lei (regra) em sentido estrito. A decisões administrativas podem fundar-se no arcabouço normativo, tendo como base a indisponibilidade e supremacia do interesse público.

Quanto ao não ineditismo da questão, tem-se que o fato de uma questão ser semelhante a outra, cobrada em outro concurso público, não a invalida. Principalmente no caso de ser, a questão anterior, divulgada ao público, como consta na impugnação apresentada.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 34

Inscrição: **218386** Data do Envio: **07/09/22 9:25**

A questão nº. 34 foi plagiada do Concurso para o cargo de Auditor de Controle Externo do Piauí, realizada pela Banca FGV, no ano de 2021, o que ofende os princípios da isonomia, impessoalidade e concorrência, norteadores no âmbito dos concursos públicos, pois beneficia os candidatos que tiveram acesso às provas anteriores, seja participando dos outros certames ou estudando pelas provas, disponíveis e facilmente acessáveis na rede mundial de computadores. Em razão disso, a questão nº. 34 merece ser anulada, o que desde já se requer.

Resposta aos Recursos

Quanto ao não ineditismo da questão, tem-se que o fato de uma questão ser semelhante a outra, cobrada anteriormente em outro concurso público, não a invalida. Principalmente no caso de ser, a questão anterior, divulgada ao público, como consta na própria impugnação apresentada.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 37

Inscrição: **218161** Data do Envio: **06/09/22 16:06**

O enunciado da questão pede para assinalar a alternativa correta de acordo com a legislação correspondente, ocorre que a Legislação para responder a questão é a LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989, a qual não estava prevista no conteúdo previsto no edital em seu anexo IV, para o cargo do advogado, de forma ocorreu a não observação do princípio da vinculação ao edital, devendo assim ser anulada a questão e atribuída a pontuação integral a todos os candidatos nos termos do item 8.1 do edital.

Diante o Exposto, de forma tempestiva e fundamentada se requerer seja julgado procedente o presente recurso para o fim especial de se anular a questão 37 da prova.

Nesses termos, pede e se espera deferimento.

Leandro Negri Cunico – Número da Inscrição 218161.

JURISPRUDÊNCIA CITADA:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROVA OBJETIVA. PLEITO DE ANULAÇÃO DE QUESTÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA EM PRIMEIRO GRAU. INSURGÊNCIA DA IMPETRADA. NÃO ACOLHIMENTO. PERGUNTA QUE EXIGIA CONHECIMENTOS SOBRE DIPLOMA NORMATIVO NÃO PREVISTO NO

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 37

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO EDITAL. VIOLAÇÃO À LEGALIDADE, TRADUZIDA, EM MATÉRIA DE CONCURSO PÚBLICO, NO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. AUSÊNCIA DE INTERFERÊNCIA NOS CRITÉRIOS DA BANCA EXAMINADORA. 1. A ilegalidade consistente na violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório com a exigência de conteúdo não previsto no conteúdo programático do edital do concurso autoriza a intervenção do Poder Judiciário para correção do vício, o que não se confunde com eventual tentativa de substituição da banca examinadora. 2. A composição do relatório resumido de execução orçamentária exigida pela questão nº 30 da prova está prevista apenas na Lei de Responsabilidade Fiscal, não havendo como se presumir que a mera interpretação dos artigos da Lei Orgânica e da Constituição Federal seriam capazes de levar à conclusão exposta na alternativa a da questão, por se tratar de matéria de cunho absolutamente objetivo e pontual. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 5ª C.Cível - 0003788-04.2019.8.16.0109 - Londrina - Rel.: DESEMBARGADOR NILSON MIZUTA - J. 16.11.2020)
(TJ-PR - REEX: 00037880420198160109 Londrina 0003788-04.2019.8.16.0109 (Acórdão), Relator: Nilson Mizuta, Data de Julgamento: 16/11/2020, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 16/11/2020)

Inscrição: **218386** Data do Envio: **07/09/22 9:23**

A matéria exigida para resolução da questão nº. 37 não foi prevista no Edital do concurso, tampouco em suas retificações. O prazo para comunicação ao empregador e aos usuários a respeito do exercício do direito a greve nos serviços ou atividades essenciais está previsto no artigo 13 da Lei nº. 7.783/1989, que assim dispõe: "Art. 13 Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação." No conteúdo programático do Edital, seja no tópico atinente a Direito do Trabalho ou em qualquer outro, não foi mencionado que seria exigido dos candidatos ao cargo, conhecimento a respeito da Lei nº. 7.783/1989. Especificadamente no tópico de Direito do Trabalho, foram citados apenas os títulos constantes na Consolidação das Leis Trabalhistas, onde não há disciplina sobre o direito a greve em serviços ou atividades essenciais. A cobrança do conteúdo não previsto no Edital impõe a anulação da questão nº. 37, pois ofende o princípio da vinculação ao Edital. Pelo exposto, pugna-se pela anulação da questão nº. 37.

Inscrição: **220154** Data do Envio: **07/09/22 11:37**

Prezado (a) Examinador (a),

Venho por meio deste instrumento solicitar a anulação da questão nº 37 da prova para o cargo de advogado, uma vez que a questão extrapolou o conteúdo programático previsto no edital nº 01/2022.

Observa-se, de início, que a questão exige do candidato conhecimentos específicos acerca da Lei nº 7.783/89 que regulamenta o direito de greve, a qual, em seu artigo nº 13 dispõe:

Art. 13 Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

Todavia, em que pese a existência da legislação em comento (Lei nº 7.783/89) que prevê o prazo de comunicação de 72hrs da paralisação, observa-se que o edital do concurso público deixou de prever o respectivo tema em seu conteúdo programático.

Nesse ínterim, segue trecho da matéria de "direito do trabalho" no conteúdo programático previsto no edital relativamente ao cargo de advogado, in verbis:

"Direito Do Trabalho: Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais de tutela do trabalho: Identificação profissional. Duração do trabalho. Salário Mínimo. Férias anuais. Horas extras. Adicional Noturno. Periculosidade. Insalubridade. Dispensa. Rescisão. Justa Causa. Segurança e medicina do trabalho. Normas especiais de tutela do trabalho: Proteção do trabalho da mulher e Proteção do trabalho do menor. Contrato individual de trabalho."

Ora, resta evidenciada a omissão do conteúdo programático previsto no edital do concurso público sobre a Lei nº 7.783/89 ou acerca de regulamentações específicas sobre o direito de greve dos trabalhadores.

Cumprir destacar, ainda, que o edital fez discriminação, por temas, dos conteúdos de direito do trabalho que poderiam ser cobrados, a título de exemplo: " (...) Duração do trabalho. Salário Mínimo. Férias anuais. Horas extras. Adicional Noturno. Periculosidade. Insalubridade (...)".

NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO AO "DIREITO DE GREVE", seja pela especificação expressa da Lei nº 7.783/89 ou pela indicação "direito de greve" nos conteúdos previstos.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Advogado

Número da questão: 37

Portanto, à luz da jurisprudência consolidada do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a cobrança de conteúdos que extrapolem os limites previstos no edital de concurso público viola os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da legalidade e da competitividade:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. EDITAL Nº 42/CGCP/2019. IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NOS CRITÉRIOS DA BANCA EXAMINADORA. RESSALVADA A QUESTÃO QUE COBROU ASSUNTO NÃO PREVISTO NO EDITAL. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO QUE ESPECIFICOU OS ARTIGOS A SEREM COBRADOS. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NÃO PREVISTO NO EDITAL. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PERMITIDA. PREVISÃO DA REALIZAÇÃO E CRITÉRIOS OBJETIVOS NO EDITAL. LAUDO REALIZADO POR COMISSÃO E ASSINADO POR PROFISSIONAL HABILITADO. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 5ª C.Cível - 0005433-82.2019.8.16.0103 - Lapa - Rel.: DESEMBARGADOR LUIZ MATEUS DE LIMA - J. 16.08.2021)

REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO -PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO – ACOLHIMENTO – MÉRITO - QUESTÃO DISCURSIVA - CONTEÚDO NÃO PREVISTO NO EDITAL DE ABERTURA DO CERTAME - ANULAÇÃO DO QUESITO PELO PODER JUDICIÁRIO - POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – SENTENÇA MANTIDA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 4ª C.Cível - 0049184-95.2019.8.16.0014 - Londrina - Rel.: DESEMBARGADORA REGINA HELENA AFONSO DE OLIVEIRA PORTES - J. 22.06.2020).

Portanto, diante da ausência de previsão específica no conteúdo programático do edital nº 01/2022 sobre "direito de greve" ou "Lei nº 7.783/89, requer-se, respeitosamente, a anulação da questão nº 37.

Resposta aos Recursos

O edital faz previsão de que seria cobrada matéria pertinente aos direitos sociais postos na CF. O art. 9º, caput, da CF, trata do direito de greve, e está inserido no capítulo dos direitos sociais. Além disto, o direito de greve também encontra previsão no art. 37, VI, da CF, que trata das regras basilares da administração pública, matéria também prevista em edital.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Analista de Sistemas

Número da questão: 22

Inscrição: **213807** Data do Envio: **05/09/22 17:49**

No gabarito provisório consta como correta a alternativa "B"; Ocorre que se colocar o código da alternativa "B" tida como correta em um compilador de JAVA, da erro e não retorna o valor 45 que é solicitado na questão. A alternativa que se aproxima é a "D", que retorna o valor "(45", ou seja, o gabarito como tido resposta "B" deve ser anulado, pois está incorreto, conforme justificativa acima.

Inscrição: **217855** Data do Envio: **07/09/22 14:47**

Solicita a anulação da questão 22, pois a questão fornece um número de telefone e o armazena em uma String, e nos é questionado qual dos códigos retornaria o valor 45, porém, nenhuma das alternativas é válida.

A string telefone é a seguinte:

String telefone = "(45)3220-3000";

Da forma com que as alternativas foram escritas, usamos o método substring do Java para escolher partes de uma string e retornar para o usuário, nesse caso o método possui duas entradas definidas entre parênteses. "substring(começo, fim)"

A) telefone.substring(0, telefone.lastIndexOf('));

Esse método retornará a substring que começa na posição 0 inclusive, definido diretamente no código e termina na posição 3 do vetor, pois é a última vez que o ")" está na string. Levando-se em conta o vetor (45)3220-3000, o resultado da alternativa é:

(4 5

B) telefone.substring(telefone.indexOf("2"),telefone.indexOf('));

Esse método dará um erro "java.lang.StringIndexOutOfBoundsException: begin 5, end 3, length 13", pois começa na primeira vez onde encontramos o caractere "2", que é na posição 5 do vetor, e termina na primeira vez onde encontramos o caractere ')', que é na posição 3, o erro se dá pelo fato de que o valor inicial não pode ser maior do que o valor final, e

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Analista de Sistemas

Número da questão: 22

mesmo que se pudesse, não retornaria 45 como pedido na questão.

C) `telefone.substring(-1, telefone.lastIndexOf('('));`

Esse método dará um erro "java.lang.StringIndexOutOfBoundsException: begin -1, end 3, length 13", pois começa com -1, uma posição inválida na String solicitada.

D) `telefone.substring(telefone.indexOf('('), telefone.lastIndexOf('('));`

Esse método retorna o valor "(45", pois assim como a alternativa A, começa na posição 0 e vai até a posição 3 do vetor.

Assim sendo, não há nenhuma alternativa válida para a questão, uma alternativa válida seria:

`telefone.substring(telefone.indexOf('4'), telefone.lastIndexOf(''));`

ou ainda:

`telefone.substring(1,3);`

Resposta aos Recursos

Prezado Candidato.

Após revisarmos o código da questão verificamos que o correto é

`telefone.substring(telefone.indexOf("4"), telefone.indexOf(''))`

ou seja, no lugar do dígito "2" o correto é o dígito "4".

Indicamos que a estrutura do código está correta, no entanto o parâmetro usado para o retorno solicitado, no caso o "2" está incorreto, o que provoca erro na execução do código.

Dessa forma concordamos com a justificativa e lamentamos o ocorrido.

Assim solicitaremos que a questão seja invalidada/anulada.

Respeitosamente.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 26

Inscrição: **217855**

Data do Envio: **07/09/22 14:48**

A questão pede: "Assinale a alternativa que indica o que não representa o modelo entidade relacionamento." e, embora haja uma figura abaixo da pergunta, não se diz em nenhum momento que devemos usá-la como base para a resposta da questão. Vendo os conceitos dados como opções:

- a) auto-relacionamento
- b) relacionamento unário
- c) relacionamento recursivo
- d) grau de relacionamento 2

Já que todos eles fazem parte do modelo entidade relacionamento, ficamos sem opção de resposta, pois a questão pede o que não representa o modelo.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Analista de Sistemas

Número da questão: 26

Resposta aos Recursos

Prezado Candidato.

Após revisarmos o enunciado da questão verificamos que há um modelo entidade relacionamento representado. O modelo apresentado na questão faz parte do enunciado e não há outro modelo na questão. Dessa forma é parte do processo a interpretação do enunciado.

Quanto as alternativas lembramos o conceito de relacionamento entre entidades: se há duas entidades relacionadas o grau é 2, sendo então binário. No mesmo sentido o grau ternário, quaternário e assim por diante.

Como o modelo entidade relacionamento apresenta uma única entidade a resposta correta é a alternativa D, ou seja, o modelo não representa grau de relacionamento binário, ou seja, grau 2.

Assim solicitaremos que a questão seja mantida e indeferimos o recurso apresentado.

Respeitosamente.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 27

Inscrição: **217855** Data do Envio: **07/09/22 14:48**

Solicito a anulação da questão 27, pois não há alternativa correta, o texto da questão é o seguinte: "Assinale a alternativa que indica o que não representa o modelo entidade relacionamento."

As opções são:

- A) entidade com atributo derivado.
- B) entidade com atributo multivalorado.
- C) entidade com atributo composto.
- D) entidade forte.

Informo que todas as opções são opções válidas no modelo entidade relacionamento, existem entidades com atributos derivados, multivalorados, compostos e entidades fortes, e embora haja uma imagem abaixo da questão mostrando um exemplo de modelo, ele não é citado em momento algum na questão.

Assim sendo, todas as opções são inválidas, pois todas fazem parte do modelo entidade relacionamento e não há nenhuma que "não represente o modelo entidade relacionamento" assim como a alternativa pede, se a intenção da questão fosse perguntar acerca da imagem fornecida, o texto da questão deveria ser alterado para retratar tal intenção.

Resposta aos Recursos

Prezado Candidato.

Após revisarmos o enunciado da questão verificamos que há um modelo entidade relacionamento representado. O modelo apresentado na questão faz parte da enunciado e não há outro modelo na questão. Dessa forma é parte do processo a interpretação do enunciado.

Quanto as alternativas lembramos o conceito de atributo composto: é um atributo que pode ser dividido em partes com significados diferentes, e como tal deveria estar representado no modelo entidade relacionamento.

Como o modelo entidade relacionamento apresenta uma única entidade com atributos não compostos a resposta correta é a alternativa C, ou seja, o modelo não representa um atributo dividido em partes com significados diferentes.

Assim solicitaremos que a questão seja mantida e indeferimos o recurso apresentado.

Respeitosamente.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 40

Inscrição: **217855** Data do Envio: **07/09/22 15:05**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Analista de Sistemas

Número da questão: 40

Solicito a anulação da questão 40, pois existem duas alternativas válidas como resposta, o gabarito marca como C a alternativa correta, e ela está de fato correta, a questão pede o seguinte: "Há uma metodologia com o conceito de realizar sucessivas rodadas envolvendo desenvolvimento, feedback e melhorias. O repetitivo trabalho colaborativo entre a equipe e o cliente coleta constantemente o feedback sendo um processo adaptativo, flexível e iterativo visando o aperfeiçoamento contínuo. Assinale a alternativa correta que indica essa metodologia."

O Desenvolvimento Ágil assim como marcado no gabarito é de fato regido por muito feedback e interação entre cliente e desenvolvedor, com diversas etapas de iteração e melhoria, porém, assim como no desenvolvimento ágil, o Lean também possui as mesmas etapas, visto que o desenvolvimento Lean é baseado no Desenvolvimento Ágil, e só deixa o processo de desenvolvimento mais "enxuto".

Assim como é pedido na questão, o Lean também possui rodadas de desenvolvimento, feedback e melhorias, também é um trabalho colaborativo entre equipe e cliente com feedback constante, também é adaptável e flexível com aperfeiçoamento contínuo.

Assim sendo, tanto as alternativas B como C estão corretas, as informações foram tiradas do livro: WILLIAMS, L.; COCKBURN, A. Agile software development: it's about feedback and change. IEEE Computer, 2003.

Resposta aos Recursos

Prezado Candidato.

Após revisarmos o enunciado da questão salientamos que as metodologias apresentadas possuem pontos em comum e também diferenças, o que é fato entre as metodologias na área de manufatura, processos organizacionais e técnicos.

Indicamos que o candidato atente para o modelo Ágil que visa fazer, entre outros, o aperfeiçoamento rápido do produto segundo o feedback dos clientes - trecho presente no enunciado - enquanto que o modelo Lean adota, entre outros, uma abordagem sistêmica com objetivo de utilizar menos recursos por meio da eliminação de desperdícios - algo que não consta no enunciado.

O enunciado buscou caracterizar a metodologia apontando os pontos que a distingue, caso fosse a metodologia Lean, a alternativa correta, as características que a distingue das demais estariam enfatizada no enunciado.

Assim solicitaremos que a questão seja mantida e indeferimos o recurso apresentado.

Respeitosamente.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Arquiteto

Número da questão: 21

Inscrição: **220810** Data do Envio: **05/09/22 16:53**

Solicito a anulação da questão 21 na qual consta como correta a alternativa "D": "Em estabelecimento como restaurante, bares, cafés, confeitarias e lanchonetes os compartimentos sanitários para os públicos, para cada sexo deverá ter para cada 50 m2 de área útil: para o feminino, no mínimo 01 vaso sanitário e 01 lavatório e no masculino, no mínimo 01 vaso sanitário, 02 mictórios e 02 lavatórios."

Porém, no Código de Obras (lei nº 828/89) Art. 101, lê-se: "b) Para o sexo masculino, no mínimo 01 vaso sanitário, 02 mictórios e um 01 lavatório para cada 50,00m2 (cinquenta metros quadrados) de área útil.". Portanto, o correto seria 01 lavatório e não 02 lavatórios como consta na alternativa.

Inscrição: **219806** Data do Envio: **05/09/22 21:37**

A letra D, fala de banheiro masculino, onde é necessário no mínimo 02(dois) lavatórios, mas no código de obras diz 01(um) lavatório. Então a alternativa D está errada. Entendo que a questão deveria ser anulada.

Inscrição: **219439** Data do Envio: **06/09/22 9:57**

De acordo com o GABARITO PROVISÓRIO a alternativa correta seria a letra D da prova em questão, entretanto, tendo em vista o código de obras do Município de Barracão (lei nº 828/89) seção 1: dos Restaurantes, Bares, Cafés, Confeitarias, Lanchonetes e Congêneres as edificações deverão observar, no que couber as disposições de acordo com o artigo 100º: As cozinhas, copas, dispensas e locais de consumação não poderão ter ligação direta com os compartimentos sanitários ou destinados a habilitação. Artigo 101º: os compartimentos sanitários para os públicos, para cada sexo, deverão obedecer as seguintes condições: a) Para o sexo feminino, no mínimo 01 vaso sanitário e 01 lavatório para cada 50,00m² (cinquenta

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Arquiteto

Número da questão: 21

metros quadrados) de área útil; b) Para o sexo masculino, no mínimo 01 vaso sanitário, 02 mictórios e um 01 lavatório para cada 50,00m² (cinquenta metros quadrados) de área útil.

Sendo, portanto, a alternativa errada visto que consta na alternativa D que em estabelecimento como restaurante, bares, cafés, confeitarias e lanchonetes os compartimentos sanitários para os públicos para cada sexo deverá ter 50 m² de área útil, para o feminino, no mínimo 01 vaso sanitário e 01 lavatório e no masculino, no mínimo 01 vaso sanitário, 02 mictórios e 02 lavatórios, o que contradiz a legislação.

Além disso, as demais alternativas encontram-se incorretas, levando em consideração que - segundo (ALTERNATIVA A) a SEÇÃO IV –Das Marquises e Saliências– Art. 34º - Os edifícios construídos no alinhamento predial, deverão ser dotados de marquises, obedecendo as seguintes características: I. Serão sempre em balanço; II. Terão altura mínima de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros), contados da linha do solo. Além disso, (ALTERNATIVA B) de acordo com a SEÇÃO VII – Das Áreas de Estacionamento de Veículos – Art. 40 – As dependências destinadas a estacionamento de veículos deverão atender às seguintes exigências, além das relacionadas no artigo anterior: I. Ter pé-direito mínimo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros). E por último, a alternativa C está incorreta porque de acordo com a SEÇÃO III - Das Residências em Série, Transversais ao Alinhamento Predial - Art. 73 – As edificações de residências em série transversais ao alinhamento predial deverão obedecer às seguintes condições: I – A testada do terreno terá no mínimo 15 (quinze) metros; II – O acesso se fará por corredor que terá a largura mínima de: a)- 4,00 m, quando as edificações estejam situadas em um só lado do corredor de acesso; b)- 6,00 m, quando as edificações estejam dispostas em ambos os lados do corredor.

Resposta aos Recursos

De fato, houve uma falha na digitação da questão.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 27

Inscrição: **219806** Data do Envio: **06/09/22 10:20**

A alternativa apontada pela banca como correta está errada. Vejamos: aos eixos de expansão do sistema viário estrutural (AIU I) e no Plano Diretor: eixo formado pelo trecho urbano das rodovias BR-373/PRT-163. Portanto, não há alternativa correta. Sendo assim a questão deve ser anulada.

Resposta aos Recursos

Redação do Plano Diretor: eixo formado pelo trecho urbano das rodovias BR-373/PRT-163, em função de seu potencial ESTRUTURADOR (destaque nosso) da área urbana da sede municipal.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Engenheiro Civil

Número da questão: 27

Inscrição: **218254** Data do Envio: **06/09/22 9:48**

Questão 27. Enunciado da Questão

“Toda empresa e estabelecimento comercial deve contar com instalações elétricas que proporcionem segurança ao local e funcionem corretamente. A eletricidade é algo perigoso, por isso devemos sempre levar em consideração a segurança, sendo fundamental que as instalações elétricas de baixa tensão sejam projetadas por profissional habilitado e especialista na área. Neste sentido, nos projetos de instalações elétricas de baixa tensão em estabelecimentos comerciais, para utilização de condutores de alumínio em substituição aos condutores de cobre, é necessário que a sua seção nominal (bitola) seja igual ou superior a:”

Alternativas sugeridas:

- A) 6 mm²
- B) 10 mm²
- C) 25 mm²
- D) 50 mm²

RESPOSTA E MOTIVO DO RECURSO:

A resposta mais adequada seria a alternativa D, 50 mm², porém, há certos itens não descritos no exercício que inviabilizariam a utilização de condutores de alumínio.

De acordo com o item 6.2.3.7 “6.2.3.7 Os condutores utilizados nas linhas elétricas devem ser de cobre ou alumínio, sendo que, no caso do emprego de condutores de alumínio, devem ser atendidas as prescrições de 6.2.3.8.” E no item 6.2.3.8 “6.2.3.8 O uso de condutores de alumínio só é admitido nas condições estabelecidas em 6.2.3.8.1 e 6.2.3.8.2.”

Se tratando de condutores de alumínio em instalações comerciais, seria necessário a análise do item 6.2.3.8.2. “Em instalações de estabelecimentos comerciais podem ser utilizados condutores de alumínio, desde que, simultaneamente:

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Engenheiro Civil

Número da questão: 27

a) a seção nominal dos condutores seja igual ou superior a 50 mm² ,
b) os locais sejam exclusivamente BD1 (ver tabela 21)
c) a instalação e a manutenção sejam realizadas por pessoas qualificadas (BA5, tabela 18).”
Esse simultaneamente exige que sejam descritos pelo menos no enunciado a execução por pessoas classificadas e os locais seja BD1, e isto não é descrito no problema.
E para complementar o argumento, no item 6.2.3.8.3, “Em locais BD4 (ver tabela 21) não é permitido, em nenhuma circunstância, o emprego de condutores de alumínio.”

Conferindo com a tabela 21, era de suma importância que no enunciado fosse descrito o tipo de instalação comercial em questão, exemplos, características, pois esse termo ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS abre precedente para a análise de inviabilidade da utilização de condutores de alumínio nessa questão.

Resposta aos Recursos

Primeiramente esclarecemos que a interpretação da questão é parte integrante do processo de concurso público. O recurso interposto não apresenta a fonte de dados e de onde foram retiradas tais afirmativas, porém, pressupõe-se que se trata da ABNT NBR 5410.

Pois bem, a referida questão trata da possibilidade de utilização de condutores de alumínio em substituição a condutores de cobre em estabelecimentos comerciais, referindo-se especificamente a seção nominal (bitola) do condutor. Não trata, portanto, da inviabilidade de utilização, dos locais de instalação e da necessidade de mão de obra qualificada.

A NBR 5410 traz:

“6.2.3.8 O uso de condutores de alumínio só é admitido nas condições estabelecidas em 6.2.3.8.1 e 6.2.3.8.2.”
“6.2.3.8.2 Em instalações de estabelecimentos comerciais podem ser utilizados condutores de alumínio, desde que, **s i m u l t a n e a m e n t e** :

a) a seção nominal dos condutores seja igual ou superior a 50 mm² ,
b) os locais sejam exclusivamente BD1 (ver tabela 21) e
c) a instalação e a manutenção sejam realizadas por pessoas qualificadas (BA5, tabela 18).”

Muito embora a referida norma traga o termo simultaneamente, este se refere a obrigatoriedade de atendimento as condicionantes para utilização de condutores de alumínio.

Porém, conforme já mencionado, a questão solicita que, quando da utilização de condutores de alumínio em substituição a condutores de cobre, qual deve ser a seção nominal (bitola). A norma nos traz a seção nominal (bitola) de, no mínimo, 50mm², ou seja, alternativa “D”.

Portanto, mantém-se o gabarito

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 30

Inscrição: **218254** Data do Envio: **06/09/22 9:48**

Questão 30)

A questão traz como resposta correta a alternativa B “R\$ 3.500.00,00”, no exercício retrata que o preço estimado da obra é dado pela soma dos custos diretos com a taxa de benefícios e despesas indiretas e lucro do construtor, que varia em função do local, tipo de obra e sua própria composição.

Sabendo que o edital apresenta como preço estimado para a apresentação de propostas e execução de obra 4550000 reais, é pedido qual é a porcentagem de custo direto.

Sabe-se que:

$$455000 = CD + BDI + LC$$

$$455000 = CD + 0,3 \times 455000 + LC$$

Muito bem, aqui temos a incoerência, ou melhor, falta de informações, pois, deveria ter sido dado esses parâmetros (local, tipo de obra e sua própria composição) para estimar o lucro do construtor, pois esse é variável. Sem essas informações, poderíamos ter diversas respostas, inclusive mais que uma das alternativas.

Inscrição: **214400** Data do Envio: **06/09/22 13:20**

Boa tarde. A alternativa atribuída como correta (opção B - R\$ 3.500.00,00) está incorreta, visto que o valor está 10 vezes menor do que o valor correto. O correto deveria ser R\$ 3.500.000,00; Seria então:

$$BDI = 30,00\%$$

$$=(1+0,30) = 1,30$$

$$= 1,30 * 3.500.000,00 = 4.550.000,00.$$

Sendo isso para o momento,

Att.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Engenheiro Civil

Número da questão: 30

Resposta aos Recursos

Primeiramente esclarecemos que a interpretação das questões é parte integrante do processo de concurso público.

No tocante ao recurso interposto, conforme a 4a edição de Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas do Tribunal de Contas da União, disponível em <https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/26/8A/06/23DEF610F5680BF6F18818A8/Obras_publicas_recomendacoes_basicas_contratacao_fiscalizacao_obras_edificacoes_publicas_4_edicao.PDF> apresentamos as seguintes definições:

“O custo direto total da obra é obtido pelo somatório do produto quantitativo x custo unitário de cada um dos serviços necessários para a execução do empreendimento.”

“Finalmente, para a obtenção do preço final estimado para o empreendimento, é preciso aplicar sobre o custo direto total da obra a taxa de Benefício e Despesas Indiretas (BDI ou LDI). [...] Ela é um percentual que, aplicado sobre o custo da obra, eleva-o ao preço final dos serviços.”

“[...] a taxa de Benefício e Despesas Indiretas (BDI), a qual engloba os custos indiretos e o lucro, compõem o preço final estimado para a obra.”

Nota-se claramente, que o preço final máximo de um empreendimento público é obtido através do levantamento de custos diretos e a posterior aplicação do percentual de BDI, sendo que no percentual de BDI estão inclusos os custos indiretos e a taxa de lucro. Ou seja, pode-se aplicar a seguinte fórmula:

$$\text{Preço Final} = \text{Custo Direto} \times (1 + \text{BDI})$$

Passados tais apontamento, utilizando-se dos conceitos e fórmulas acima, temos:

$$\text{Preço Final} = \text{Custo Direto} \times (1 + \text{BDI})$$

$$\text{RS } 4.550.000,00 = \text{Custo Direto} \times (1+0,30) \text{ ou } \text{RS } 4.550.000,00 = \text{Custo Direto} \times (1+30\%)$$

$$\text{Custo Direto} = \text{R\$ } 3.500.000,00$$

Neste sentido, verifica-se que a alternativa “B” seria a alternativa correta para a questão, porém, devido a equívoco na impressão, foi suprimido um dígito (0), tornando a alternativa com o valor R\$ 3.500.00,00. Portanto acata-se o recurso interposto.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Matéria: Farmacêutico

Número da questão: 39

Inscrição: **214976**

Data do Envio: **06/09/22 20:32**

Nenhuma das alternativas está correta. A questão solicita que seja assinalada a alternativa correta quanto aos objetivos da dispensação, porém nenhuma das alternativas diz respeito ao que é apresentado pelas instruções técnicas.

“A. Garantir o cumprimento da prescrição por meio do fornecimento do medicamento correto e em quantidade solicitada pelo paciente”. Atenta-se que a quantidade não deve ser solicitada pelo paciente e sim informada pelo prescritor, logo o farmacêutico deve garantir a quantidade ADEQUADA.

“B. Proporcionar atenção farmacêutica de qualidade apenas em pacientes”. As instruções técnicas não apontam que o farmacêutico deve proporcionar atenção farmacêutica de qualidade APENAS em pacientes, mas sim proporcionar atenção farmacêutica de qualidade.

“C. Eliminar erros de prescrição”. Salienta-se que o objetivo real é MINIMIZAR erros de prescrição.

“D. Garantir a adesão ao tratamento”. Segundo as instruções, o objetivo é de CONTRIBUIR para a adesão ao tratamento, não sendo mencionado o termo GARANTIR.

Dessa forma, solicito que a questão seja invalidada.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Farmacêutico

Número da questão: 39

Fonte: Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para a sua organização. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_15.pdf>

Dispensação de Medicamentos. Disponível em: <https://www.crf-pr.org.br/uploads/pagina/28614/RQzpwW8q8qUwfLEZU-N8A0VWm4eY234y.pdf>.

Resposta aos Recursos

ERRO DE DIGITAÇÃO INVALIDOU A QUESTÃO.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Matéria: Médico

Número da questão: 34

Inscrição: **216601** Data do Envio: **07/09/22 12:46**

NA QUESTÃO NUMERO 34 PEDE PARA MARCAR A ALTERNATIVA ERRADA (EXCETO), E DEVIRIA SER A ALTERNATIVA CORRETA POIS TEM SOMENTE UMA ALTERNATIVA CORRETA E 3 ALTERNATIVAS ERRADAS.
B. Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.
C. Afastar-se de suas atividades profissionais, mesmo temporariamente, sem deixar outro médico encarregado do atendimento de seus pacientes internados ou em estado grave.
D. Deixar de atender paciente que procure seus cuidados profissionais em casos de urgência ou emergência quando não houver outro médico ou serviço médico em condições de fazê-lo.

É vedado ao médico:

Art. 8º Afastar-se de suas atividades profissionais, mesmo temporariamente, sem deixar outro médico encarregado do atendimento de seus pacientes internados ou em estado grave.

Art. 22. Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

Art. 33. Deixar de atender paciente que procure seus cuidados profissionais em casos de urgência ou emergência, quando não haja outro médico ou serviço médico em condições de fazê-lo.

SENDO ASSIM A QUESTÃO DEVE SER ANULADA POIS TEM 3 ALTERNATIVAS PARA SEREM MARCADAS. (B,C,D)

Resposta aos Recursos

Falha de interpretação pelo candidato.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Nutricionista

Número da questão: 28

Inscrição: **213950** Data do Envio: **05/09/22 21:09**

Ilustríssimos membros da banca examinadora deste concurso público. Ao conferir esta questão e suas alternativas, é possível verificar que a questão 28 acaba tendo mais de uma opção de resposta, como é possível verificar analisando o gráfico e, de acordo com o trecho retirado do documento oficial da Vigisan, utilizado para a elaboração da questão: "Nesses tempos da pandemia do novo coronavírus, o direito humano à alimentação adequada expresso nos domicílios em que há SA estava garantido para os moradores(as) de menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%), enquanto em 9% deles houve experiência de fome expressa pela IA grave nos três meses que antecederam a entrevista. Essa situação foi ainda pior entre os(as) moradores(as) da área rural, onde a IA grave, portanto, a ocorrência de fome, era realidade em 12% dos domicílios (Figura 2)."

Sendo assim, tanto a alternativa A quanto a D também estão corretas. Partindo do princípio da razoabilidade e moralidade, uma prova objetiva só pode haver uma única resposta correta e com base nisso, venho respeitosamente à presença desta banca pedir a anulação da questão e consequente atribuição dos pontos.

Inscrição: **219978** Data do Envio: **06/09/22 21:43**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Nutricionista

Número da questão: 28

Ilustríssima banca examinadora, o gabarito preliminar da questão número 30 da prova de Nutricionista - Estatutários, Concurso de Barracão, objeto deste recurso deve ser alterado para: " Alternativa D: A insegurança alimentar moderada ou grave foi superior na área rural, quando comparada à área urbana." Como demonstrado a seguir pelo trecho retirado do - VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021. PÁGINA 36. "Essa situação foi ainda pior entre os(as) moradores(as) da área rural, onde a IA grave, portanto, a ocorrência de fome, era realidade em 12% dos domicílios (Figura 2)." Para assertiva "C" ser considerada correta, faz-se necessário a "Figura 3 - Distribuição proporcional dos domicílios por nível de Segurança/Insegurança Alimentar no Brasil e macrorregiões. VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020" presente na PÁGINA 38, na questão.

Resposta aos Recursos

Questão anulada.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 29

Inscrição: **213950** Data do Envio: **05/09/22 20:21**

Questão 29 – Ilustríssimos membros da banca examinadora deste concurso público. Ao conferir o gabarito percebi um equívoco na correção da questão 29, pois o quarto princípio do APPCC é "Estabelecer os procedimentos de monitoração dos pontos críticos de controle" e o quinto princípio é "Estabelecer ações corretivas a serem realizadas quando a monitoração indicar desvio de um limite crítico estabelecido". A resposta do gabarito demonstra esta ordem ao contrário, sendo assim a resposta correta seria a opção D.

Como pode ser observado a ordem a seguir, retirado do documento Codex Alimentarius Higiene dos Alimentos: Textos Básicos. "PRINCÍPIO 1 Realizar uma análise de perigos. PRINCÍPIO 2 Determinar os PCC. PRINCÍPIO 3 Estabelecer o(s) limite(s) crítico(s). PRINCÍPIO 4 Estabelecer um sistema para monitorar o controle dos PCC. PRINCÍPIO 5 Estabelecer a ação corretiva a ser adotada quando o monitoramento indicar que um determinado PCC não está sob controle. PRINCÍPIO 6 Estabelecer procedimentos de verificação para confirmar que o sistema HACCP está funcionando com eficácia. PRINCÍPIO 7 Estabelecer um sistema de documentação de todos os procedimentos e os registros apropriados a esses princípios e à aplicação dos mesmos."

Desta forma, venho respeitosamente à presença desta banca reconsiderar esta questão no gabarito.

Resposta aos Recursos

A resposta correta é "D".

Hou um equívoco na publicação do gabarito, mas já foi corrigido.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 30

Inscrição: **213950** Data do Envio: **05/09/22 19:43**

Questão 30 - Ilustríssimos membros da banca examinadora deste concurso público. Ao conferir o gabarito percebi um equívoco na questão 30, onde solicita a recomendação de cálcio e ferro para gestantes, na qual a resposta correta é a opção A (1.000 mg/d e 27 mg/d), sendo então está a recomendação correta segundo as Dietary Reference Intakes (DRI). Não há recomendação de cálcio em 900 mg/d e 18 mg/d é recomendação de ferro para mulheres adultas não gestantes. Venho respeitosamente à presença desta banca requerer a correção da questão no gabarito.

Inscrição: **219978** Data do Envio: **05/09/22 22:50**

Ilustríssima banca examinadora, o gabarito preliminar da questão número 30 da prova de Nutricionista - Estatutários, Concurso de Barracão, objeto deste recurso deve ser alterado para: " alternativa A: 1.000 mg/d e 27 mg/d ", como será demonstrado a seguir. A assertiva dada como correta mostra referências de nutrientes para mulheres/adultas não gestantes e, por conseguinte, a pergunta está direcionada para mulheres gestantes.

Conforme a RESOLUÇÃO-RDC Nº 269, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 (Tabela 3 - Ingestão Diária Recomendada para Gestantes e Lactantes) a recomendação de Cálcio e ferro diário é de 1.000mg e 27mg, respectivamente.

Resposta aos Recursos

A resposta correta é "A".

Houve um equívoco na publicação do gabarito, mas já foi corrigido.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Professor

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Professor

Número da questão: 21

Inscrição: **215194** Data do Envio: **07/09/22 15:36**

Questão 21

Ao analisar a questão 21 e a leitura do livro Escola e Democracia de Saviani, pode-se dizer que há três (3) alternativa incorreta que são as A, B e C

Alternativa A - Pertence ao grupo das Teorias não críticas por que não reconhece que o problema da marginalidade está relacionado aos problemas da sociedade.

O livro trás: , a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido .

Alternativa B - O processo de ensino-aprendizagem está centrado no professor.

O livro trás: A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos.

Alternativa C: A escola tradicional conseguiu realizar seu objetivo de universalização, ou seja, todos que nela ingressavam eram bem-sucedidos e se ajustavam ao tipo de sociedade que se queria consolidar.

Livro trás: A referida escola, além de não conseguir realizar seu desiderato de universalização (nem todos nela ingressavam e mesmo os que ingressavam nem sempre eram bem sucedidos) ainda teve de curvar-se ante o fato de que nem todos os bem sucedidos se ajustavam ao tipo de sociedade que se queria consolidar.

Partes do livro:

Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos.

Ao entusiasmo dos primeiros tempos suscitado pelo tipo de escola acima descrito de forma simplificada, sucedeu progressivamente uma crescente decepção. A referida escola, além de não conseguir realizar seu desiderato de universalização (nem todos nela ingressavam e mesmo os que ingressavam nem sempre eram bem sucedidos) ainda teve de curvar-se ante o fato de que nem todos os bem sucedidos se ajustavam ao tipo de sociedade que se queria consolidar. Começaram, então, a se avolumar as críticas a essa teoria da educação e a essa escola que passa a ser chamada de escola tradicional.

Resposta aos Recursos

Indefiro o recurso porque a única incorreta é a alternativa C mesmo. Na Alternativa A afirmo que as Teorias Não Críticas são denominadas Não Críticas porque não conseguem relacionar o problema da marginalidade aos problemas da sociedade. Quando o autor afirma que causa da marginalidade está na ignorância ele afirma que a Escola tradicional atribui o problema da marginalidade à ignorância do sujeito e não às relações sociais. Logo a Escola é quem tem que contribuir para resolver os problemas da sociedade. A Alternativa B está correta porque o processo de ensino-aprendizagem está centrado no professor, o qual transmite os conteúdos aos alunos. A Escola Tradicional coloca o professor no centro do processo. Do professor depende o sucesso e o fracasso do aluno. Quando Saviani discorre sobre a escola tradicional como uma agência centrada no professor significa que o professor é o centro.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 22

Inscrição: **217413** Data do Envio: **06/09/22 14:26**

Esta questão não possui o item de número V nas respostas. PRECISA SER REVISTA.

Inscrição: **215194** Data do Envio: **07/09/22 15:37**

Questão 22

Segundo o livro de Saviani, Escola e Democracia

Não apresenta a afirmação II que consta na questão como correta que é II EFICIÊNCIA E RACIONALIDADE TÉCNICA. Mas sim deveria ser: RACIONALIDADE, EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE.

Diante da discordância peço a anulação da questão em jogo.

Trecho retirado do livro Escola e Democracia.

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. Com efeito, se no artesanato o trabalho era subjetivo, isto é, os instrumentos de trabalho eram dispostos em função do trabalhador e este dispunha deles segundo seus desígnios, na produção fabril essa relação é invertida.

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Professor

Número da questão: 22

Resposta aos Recursos

Mantenho a questão pois o item de número V não interfere na resposta.

A alternativa II está correta, pois a pedagogia tecnicista se baseia sim na eficiência e na racionalidade técnica. O fato de eu não inserir os termo produtividade não a torna incorreta.

Desta forma, indefiro o recurso.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 40

Inscrição: **215194** Data do Envio: **07/09/22 16:30**

Questão 40

Ao analisar o artigo: PRIMEIROS SOCORROS E PREVENÇÃO DE ACIDENTES, APLICADOS AO AMBIENTE ESCOLAR, não somente a alternativa B está incorreta, mas sim incorreto VIII (Ligar para o Corpo de Bombeiros 193, Ambulância/Samu 192, Polícia Militar 190), pois quando ocorre um acidente liga-se para um dos números e não para todos, conforme a necessidade (gravidade) do acidente as equipes de socorristas ligam uma para outra solicitando ajuda. Segundo o artigo segue:

COMO AGIR FRENTE A UM ACIDENTE

? Tenha calma e firmeza para usar os conhecimentos básicos de Primeiros Socorros, respeitando suas limitações.

? Observe o local do acidente. Verifique sua segurança e das demais pessoas. Não se torne mais uma vítima.

? Peça para alguém ligar para o socorro especializado, informando o local do acidente, telefones de contato e a situação da vítima, e em seguida para a família da vítima.

? Procure tranquilizar a vítima.

? Execute somente o procedimento que souber fazer com segurança, para evitar maiores complicações no estado da vítima.

? Evite remover a vítima e só a transporte em último caso. Aguarde no local o socorro especializado.

? Tome cuidado com atitudes incorretas e precipitadas, isso pode agravar a situação.

? Monitore sempre os sinais vitais até a chegada do socorro.

Resposta aos Recursos

A questão está baseada no Manual de Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes Aplicados ao Ambiente Escolar, publicado por Mello e Santini (2008).

O item "VIII - Ligar para o Corpo de Bombeiros (193), Ambulância/Samu (192), Polícia Militar (190)". Trata-se de um Manual e como tal informa os procedimentos cabíveis e os telefones de socorros especializados. Trata-se de informações importantes e tem como objetivos informar a comunidade escolar para com os primeiros cuidados na prestação de atendimento inicial para àqueles que necessitar, mantendo uma condição possível até a chegada do atendimento especializado.

Apresenta também em no item "V - Evite remover a vítima e só a transporte em último caso. Aguarde no local o socorro especializado". Como este item está correto, ficando claro que depende das circunstâncias do acidente, o socorro especializado deve ser acionado.

Portanto, indefere-se o recurso

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Matéria: Professor de Educação Física

Número da questão: 40

Inscrição: **215891** Data do Envio: **06/09/22 18:27**

A partida de futebol tem duração de 2 tempos de 45 minutos, cronometrados.

Seria verdadeiro e foi dado como falsa .

Resposta aos Recursos

A alternativa é falsa, tendo em vista que a duração do tempo no futebol não é "cronometrado" (parado a cada interrupção). São 2 tempos de 45 minutos, corridos. Dessa forma, o recurso não procede. Deve-se manter a questão.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Professor de Artes

Número da questão: 22

Inscrição: **218653** Data do Envio: **06/09/22 12:51**

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 22, como correta a alternativa D, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois a mesma contém três alternativas corretas. E não apenas uma alternativa, como pedia no **e n u n c i a d o**.

Na própria questão estava escrito que: No Brasil, os registros desse tipo de arte podem ser encontrados em VÁRIOS LOCAIS, um deles é:

- A) Cariris Velhos (Paraíba).
- C) Rondonópolis (Mato Grosso).
- D) Serra da Capivara no estado do Piauí.

As três alternativas acima descritas estão corretas segundo pesquisa nos sites

<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/artes/arte-rupestre>
<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-a>

Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Inscrição: **213821** Data do Envio: **06/09/22 19:53**

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 22, como correta a alternativa D, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão, pois a mesma contém três alternativas corretas. E não apenas uma alternativa, como pedia no **e n u n c i a d o**.

Na própria questão estava escrito que: No Brasil, os registros desse tipo de arte podem ser encontrados em VÁRIOS LOCAIS, um deles é:

- A) Cariris Velhos (Paraíba)
- C) Rondonópolis (Mato Grosso)
- D) Serra da Capivara (Piauí)

As três alternativas acima descritas estão corretas, segundo pesquisa no site, onde consta que os registros de arte rupestre podem ser encontrados em Cariris Velhos na Paraíba, em Rondonópolis no Mato Grosso e na Serra da Capivara, no estado do Piauí, sendo assim, há na questão, três alternativas corretas.

<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/artes/arte-rupestre>
Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Resposta aos Recursos

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Número da questão: 25

Inscrição: **218019** Data do Envio: **06/09/22 23:18**

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 25, alternativa C, que NÃO condiz com as características da fotografia contemporânea, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão.

Por cobrir um longo período e contar com diferentes tecnologias, visão e experiências dos fotógrafos, a fotografia contemporânea é diversa, e pode contar com várias características distintas- e às vezes conflitantes entre si. Assinale abaixo a alternativa que NÃO condiz com as características da fotografia contemporânea.

A- Fotos mais naturais e expressivas B- A aplicação de efeitos, como a distorção ; C- O uso excessivo da tecnologia e de programas , como o Photoshop;

(Observação da alternativa C)O programa pode ser utilizado por fotógrafos, ilustradores, animadores, arquitetos, designers de Interiores e outros profissionais que trabalham com edição de imagem/fotografia, pois condiz com as características da fotografia. D- Procura refletir sentimentos do fotografado.

Resposta aos Recursos

Decisão da Banca: **Manter Questão**

Número da questão: 37

Inscrição: **218019** Data do Envio: **06/09/22 22:11**

O gabarito preliminar apresentou, na questão número 37, como NÃO é uma forma de avaliação a alternativa A, no entanto venho impetrar a revisão e anulação da questão.

Compreender e aplicar as diferenças avaliações é importante para obter um retorno mais completo sobre a aprendizado dos alunos e orientá-los no seu desenvolvimento escolar. Assinale abaixo a alternativa que NÃO é uma forma de avaliação. A-

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: Professor de Artes

Número da questão: 37

Progressiva. B- Diagnóstica. C-Formativa. D- Comparativa. prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente uma alternativa como não é uma forma de avaliação, mesmo, Os Pressupostos da Metodologia Progressista levam em consideração o indivíduo como ser que constrói a sua própria história. Consiste em desenvolver atividades de ensino, nas quais, o centro do processo não é o professor, mas o aluno que se torna sujeito de seu aprendizado em diferentes avaliações com sua capacidade e conhecimento. Apesar de não ter sido levada em conta na elaboração da questão, prejudica a análise e impossibilita a aceitação de somente as três alternativas como FORMA DE AVALIAÇÃO da LETRA B,C e D. Dessa forma, com base no exposto, solicito que a questão seja anulada.

Inscrição: **218890** Data do Envio: **07/09/22 16:34**

A questão pedia as formas de avaliação, que seriam as 3: Somativa, Diagnóstica e Formativa. Na questão teriam duas erradas Progressiva e Comparativa, pois comparativa tende a entender que nós devemos comparar aluno com outro aluno. Induz ao erro. Acredito que deva ser anulada por conta disso.

Resposta aos Recursos

Decisão da Banca: **Manter Questão**